



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XX — N.º 132

CAPITAL FEDERAL

SABADO, 18 DE SETEMBRO DE 1965

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal nos termos do art. 70, § 3º da Constituição Federal e do art. 1º do Regimento Comum convoca as duas Casas do Congresso Nacional para em sessões conjuntas a realizarem-se no Plenário da Câmara dos Deputados nos dias 10, 11, 12, 17, 18, 19, 24, 25, 26 e 31 do mês em curso e 1, 2, 3, 4, 9, 14, 15 e 22 de setembro próximo, conhecerem dos vetos presidenciais constantes da relação anexa.

Senado Federal, em 4 de agosto de 1965,

AURO MOURA ANDRADE
Presidente

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição Federal e do art. 1º do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 12, 13, 14, 19, 20, 21, 26 e 27 de outubro, 3, 4, 9, 10 e 11 de novembro do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos vetos presidenciais, de acordo com a discriminação anexa.

Senado Federal, 17 de setembro de 1965.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente

VETOS PRESIDENCIAIS A SEREM APRECIADOS A PARTIR DE 10 DE AGOSTO DE 1965.

Dia 22 de setembro, às 21.30:

- ao Projeto de Lei nº 2.391-C-61 na Câmara e nº 261-64 no Senado, que dispõe sobre o exercício da profissão de publicitário e de agenciador de propaganda e das outras providências (veto parcial).

VETOS PRESIDENCIAIS A SEREM APRECIADOS NO PERÍODO DE 12 DE OUTUBRO A 11 DE NOVEMBRO DE 1965

Dia 12 de outubro, às 21 horas e 30 minutos:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.918-C-65 na Câmara e nº 151-65 no Senado, que modifica o art. 11 e seus parágrafos da Lei nº 1.493, de 13 de dezembro de 1951, alterados pela Lei nº 2.266, de 12 de julho de 1954, e das outras providências (intervenção);
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.847-B-65, na Câmara e nº 129-65 no Senado, que promove os militares veteranos da Segunda Guerra Mundial licenciados do serviço ativo e incluídos na reserva não remunerada;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 1.630-60 na Câmara e nº 3-65 no Senado, que dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 3.725 de 28 de setembro de 1959, que altera o limite de idade para permanência de oficiais no serviço ativo;

Dia 13 de outubro, às 21 horas e 30 minutos:

- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.873-A-65 na Câmara e nº 152-65 no Senado, que fixa novos valores dos símbolos do Quadro do Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região e das outras providências;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.934-B-65 na Câmara e nº 139-65 no Senado, que fixa novos valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região e das outras providências;

Dia 14 de outubro, às 21 horas e 30 minutos:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.746-B-65 na Câmara e nº 116-65 no Senado, que institui a Lei Orgânica dos Partidos Políticos;

Dia 19 de outubro, às 21 horas e 30 minutos:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.956-C-65 na Câmara e nº 144-65 no Senado, que estabelece novos casos de inelegibilidades, com fundamento no art. 2º da Emenda Constitucional nº 14;

Dia 20 de outubro, às 21 horas e 30 minutos:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 7-65 (C.N.), que estabelece normas para o processos dos dissídios coletivos e das outras providências;

Dia 21 de outubro, às 21 horas e 30 minutos:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.732-B-65 na Câmara e nº 104-65 no Senado, que disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento;

Dia 26 de outubro, às 21 horas e 30 minutos:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 1.857-C-65 na Câmara e nº 153-64 no Senado, que dispõe sobre o custeio, pela União, no exercício de 1960, dos serviços públicos transferidos para o Estado da Guanabara pela Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960;

Dia 27 de outubro, às 21 horas e 30 minutos:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 923-E-56 na Câmara e nº 138-62 no Senado, que regula a profissão de corretor de seguros;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 617-B-63 na Câmara e nº 109-63 no Senado, que concede isenção do imposto de renda à Companhia Siderúrgica Nacional, e das outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.363-E-64 na Câmara e nº 770-64 no Senado, que dispõe sobre a fixação de coeficientes de correção monetária para os efeitos legais;
- veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.704-B-61 na Câmara e nº 38-63 no Senado, que regula as atividades dos representantes comerciais autônomos.

Dia 3 de novembro, às 21 horas e 30 minutos:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.732-65 na Câmara e nº 104-65 no Senado, que disciplina o mercado financeiro e de capitais e estabelece medidas para seu desenvolvimento.

Dia 3 de novembro, às 21 horas e 30 minutos:

- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.740-E-63 na Câmara e nº 82-63 no Senado, que dispõe sobre a série de classes de Pesquisador e das outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.661-A-65 na Câmara e nº 96-65 no Senado, que dispõe sobre os serviços de Registro do Comércio e atividades afins e das outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.660-B-65 na Câmara e nº 45-65 no Senado, que isenta do imposto de importação e outras contribuições fiscais sob os adquiridos, mediante doação pelas instituições que se dedicam, sem finalidade lucrativa, à prestação de assistência médico-hospitalar;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.663-D-65 na Câmara e nº 53-65 no Senado, que altera dispositivos da Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, que autoriza a abertura de crédito especial e das outras providências;
- veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.640-E-65 na Câmara e nº 35-63 no Senado, que dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e das outras providências.

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.834-B-65 na Câmara e nº 125-65 no Senado, que dispõe sobre o pagamento da gratificação prevista na Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962.

Dias 9 e 10 de novembro, às 21 horas e 30 minutos:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 173-65 no Senado e nº 2.87-64 na Câmara, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração e dá outras providências.

Dia 11 de novembro, às 21 horas e 30 minutos:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 8-65 (C.N.), que dispõe sobre a assistência financeira do Governo Federal a Estados e Municípios e dá outras providências.

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.874-E-65 na Câmara e nº 145-65, no Senado, que institui o novo Código Florestal.
Decreto Legislativo nº 84, de 1965, publicado no DCN, de 14-9-65.
Republicado por ter saído com incorreções.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 77, § 3º, da Constituição Federal, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 84, DE 1965

Torna definitivo o registro da despesa de Cr\$ 86.795,40 (oitenta e seis mil, setecentos e noventa e cinco cruzeiros e quarenta centavos), feito sob reserva pelo Tribunal de Contas em sessão de 21 de agosto de 1964, e referente ao pagamento a Luiza de Castro, da Alfândega de Fortaleza, Estado do Ceará, da percentagem de 10% prevista no art. 2º do Decreto-lei nº 8.663, de 24 de janeiro de 1946.

Art. 1º É tornado definitivo o registro da despesa de Cr\$ 86.795,40 (oitenta e seis mil mil, setecentos e noventa e cinco cruzeiros e quarenta centavos), feito sob reserva pelo Tribunal de Contas em sessão de 21 de agosto de 1964, e referente ao pagamento a Luiza de Castro, da Alfândega de Fortaleza, Estado do Ceará, da percentagem de 10% prevista no art. 2º do Decreto-lei nº 8.663, de 24 de janeiro de 1946.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de setembro de 1965.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

SENADO FEDERAL

ATA DA 144ª SESSÃO, EM 17 DE SETEMBRO DE 1965

3ª Sessão Legislativa, da 5ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. GUIDO MONDIN

As 14 horas e 30 minutos
acham-se presentes os Senhores
Senadores:

José Guimará
Oscar Passos
Edmundo Levi
Pedro Carneiro
Moura Paiva
Menezes Pimentel
José Bezerra
Pessoa de Queiroz
Aloysio de Carvalho
Eurico Rezende
Guido Mondin — (11)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — A lista de presença acusa o comparecimento de 11 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE MENSAGEM

Nº 384, de 1965

(Nº 651/65, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das atribuições que me conferem os artigos 70, § 1º e 87, II da Constituição Federal, resolvi vetar, parcialmente, o Projeto de Lei na Câmara nº 2.948-C-65 (no Senado nº 151-65), que modifica o artigo 11 e seus parágrafos da Lei nú-

mero 1.493, de 13 de dezembro de 1951, alterados pela Lei nº 2.266, de 12 de julho de 1954, e dá outras providências.

Incide o veto sobre as seguintes partes, que considero contrárias aos interesses nacionais:

1) No artigo 1º, a expressão "até 31 de março de cada ano".

Razões:

A expressão vetada reveste-se de excessiva rigidez, por obrigar o Tesouro Nacional a depositar no Banco do Brasil, no primeiro trimestre do exercício, a importância total correspondente aos créditos orçamentários referentes a subvenções ordinárias e extraordinárias. A fim de se evitar uma excessiva pressão sobre o Tesouro Nacional e, conseqüentemente, sobre o Banco do Brasil, e emissões de papel moeda que podem resultar dessa pressão, o Governo tem estabelecido anualmente cuidadosa programação financeira da qual consta cronograma de desembolso estabelecido com ritmo adequado e correspondente às entradas de receita. O dispositivo vetado concentra no primeiro trimestre do exercício, quando a arrecadação da receita apresenta ainda montante reduzido, a totalidade do pagamento das subvenções orçamentárias, o que obrigará o Tesouro a efetuar saques a descoberto contra o Banco do Brasil, forçando emissões de papel moeda para suprimimento de caixa do referido Banco.

2) No artigo 2º, a expressão "e corresponderão até a 0,5 (cinco décimos) por cento da quantia a ser paga, não podendo exceder de Cr\$ 10.000 (dez mil cruzeiros)".

Razões:

O Banco do Brasil, como estabelecimento bancário que é, cobra comissões remuneratórias a seus serviços, de acordo com as praxes bancárias, e suficientes para cobrir o respectivo custo operacional. A fixação dessas comissões através de lei constitui inovação que não parece justificável e

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,
Ano	Cr\$ 96
Exterior	
Ano	Cr\$ 136

FUNCIONARIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 39,
Ano	Cr\$ 75,
Exterior	
Ano	Cr\$ 108,

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esolarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

pode levar à cobrança de importância excessiva em prejuízo da entidade subvencionada ou de importância insuficiente, caso em que o Tesouro Nacional terá ônus adicional injustificável com a complementação dessa comissão.

Tal matéria deve ser deixada a critério dos regulamentos do Banco, nos quais são fixadas as comissões que o mesmo cobra pela prestação de serviços bancários.

São estas as razões que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 30 de agosto de 1965.
— H. Castello Branco.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

Modifica o art. 11 e seus parágrafos da Lei nº 1.493, de 13 de dezembro de 1951, alterados pela Lei nº 2.266, de 12 de julho de 1954, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 11 e seus parágrafos, da Lei nº 1.493, de 13 de dezembro de 1951, alterado pelo art. 3º da Lei nº 2.266 de 12 de julho de 1954, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11. Os créditos orçamentários referentes a subvenções ordinárias e extraordinárias, de que trata esta lei, serão automaticamente registrados pelo Tribunal de Contas da União, e distribuídos ao Tesouro Nacional, que os depositará, no Banco do Brasil, até 31 de março de cada ano, à disposição do Ministério competente.

§ 1º O pagamento das subvenções ordinárias será feito pelo Banco do Brasil, por solicitação do Ministério, independentemente

de requerimento e à conta dos créditos postos à sua disposição, através de sua agência situada na localidade que for sede da instituição beneficiada ou na agência que dela for mais próxima.

§ 2º O pagamento da subvenção extraordinária, precedido do processamento de acordo com o disposto no art. 13 desta lei, será feito pela forma prevista no parágrafo anterior."

Art. 2º As despesas bancárias correrão por conta da instituição beneficiada e corresponderão até a 0,5 (cinco décimos) por cento da quantia a ser paga, não podendo exceder de Cr\$ 10.000 (dez mil cruzeiros).

Art. 3º As entidades não registradas no Conselho Nacional de Serviço Social, e não compreendidas neste artigo, poderão receber as subvenções ordinárias e extraordinárias que constem do orçamento, em seu favor, desde que requeiram o registro até 30 (trinta) de novembro do corrente ano, apresentando todos os documentos exigidos.

Parágrafo único. As associações rurais, que se registram perante o Serviço de Economia Rural, aplica-se, no que couber, o disposto neste artigo.

Art. 4º Ficam revogados o art. 7º da Lei nº 2.266, de 12 de julho de 1954, e demais disposições em contrário.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

A Comissão Mista incumbida de relatar o veto.

MENSAGEM

Nº 385, de 1965

(Nº 652/65, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das atribuições que me conferem os artigos 70, § 1º, e 87, II da Constitui-

ção Federal, resolveu negar sanção ao Projeto de Lei da Câmara nº 2.873-B-65 (no Senado nº 152-65), que fixa novos valores dos símbolos do quadro do pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região e dá outras providências, por considerá-lo inconstitucional e contrário aos interesses nacionais, em face das razões que passo a expor:

Razões:

O projeto em apêço, ao fixar novos níveis de vencimentos para os funcionários da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, contraria o disposto no art. 5º do Ato Institucional, por acarretar aumento de despesa sem a iniciativa do Poder Executivo.

Por outro lado, cria o projeto novos ônus para o erário, num momento em que se envidam todos os esforços para a contenção dos gastos governamentais, além de estabelecer padrões de vencimentos incompatíveis com os princípios de administração de pessoal, colocando tais servidores em superioridade de tratamento, em relação aos funcionários do Poder Executivo.

São estas as razões que me levaram a negar sanção ao projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 30 de agosto de 1965.
— H. Castello Branco.

PROJETO VETADO

Fixa novos valores dos símbolos do quadro do pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º — Os valores dos símbolos dos cargos e das funções gratificadas do quadro do pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, criado pela Lei nº 409, de 25 de setembro de 1943, e alterado pelas Leis nºs 1.979, de 8 de setembro de 1953, 3.214, de 19 de julho de 1957, 3.492, de 18 de dezembro de 1953, e 4.088, de 12 de julho de 1962, passam a ser os constantes da tabela seguinte:

Cr\$

PJ	417.000
PJ-0	410.000
PJ-1	405.000
PJ-2	387.000
PJ-3	367.000
PJ-4	333.000
PJ-5	317.000
PJ-6	300.000
PJ-7	275.000
PJ-8	250.000
PJ-9	225.000
PJ-10	205.000

Cr\$

PJ-11	185.000
PJ-12	167.000
PJ-13	151.000

Funções Gratificadas:

1-P	300.000
2-P	285.000
3-P	270.000
4-P	255.000

Art. 2º O salário-família passará a ser pago na base de Cr\$ 5.000 (cinco mil cruzeiros) por dependente.

Art. 3º A presente Lei aplica-se aos funcionários inativos, independente de prévia apostila.

Art. 4º As vantagens financeiras resultantes desta Lei são devidas a partir de 1º de junho de 1964.

Art. 5º Aplica-se aos funcionários do quadro do pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região o disposto no art. 15 e seus parágrafos da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964.

Art. 6º Para atender às despesas decorrentes desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, para o exercício financeiro de 1964, o crédito especial de Cr\$ 158.185.000 (cento e cinquenta e oito milhões, cento e oitenta e seis mil cruzeiros) e, para refição das dotações consignadas para tal, no exercício vigente de 1965, o crédito suplementar de Cr\$ 271.250.000 (duzentos e setenta e um milhões, duzentos e trinta mil cruzeiros), os quais serão automaticamente registrados no Tribunal de Contas da União e distribuídos ao Tesouro Nacional.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão Mista incumbida de relatar o veto.

MENSAGEM

Nº 386, de 1965

(Nº 657/65, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das atribuições que me conferem os artigos 70, § 1º e 87, II, da Constituição Federal, resolvi vetar, parcialmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 2.847-D-65 (no Senado nº 129-65) que promove os Militares Veteranos da Segunda Guerra Mundial, licenciados do Serviço ativo e incluídos na reserva não remunerada.

Incide o veto sobre o artigo 6º, por considerá-lo contrário aos interesses nacionais.

Razões:

Apeça de constar o dispositivo vetado do projeto enviado pelo Governo, novos aspectos do problema surgiram durante a tramitação da proposição e que aconselham a supressão do artigo 6º.

O Poder Executivo, visando a um público reconhecimento aos que combateram na II Guerra Mundial, encaminhara à consideração do Congresso Nacional o projeto de lei em exame, que promove os Militares veteranos daquela guerra, licenciados do serviço ativo e incluídos na reserva não remunerada.

A fim de que não fôssem alteradas as normas habituais de preenchimento dos quadros da reserva, foram estabelecidos os limites para a concessão de benefício, consubstanciados no artigo 6º do projeto.

Dentre aqueles que, integrantes da Força Expedicionária Brasileira, após regressarem da Itália, licenciaram-se do serviço ativo, encontram-se alguns oficiais que foram comissionados em postos de capitão ou major.

Caso fosse mantido o artigo 6º, esses veteranos não seriam beneficiados por esta lei, que objetiva uma promoção de cunho puramente honorífico, sem ônus para o erário.

São poucos os que estão nessa situação, em regra possuindo curso superior, exercendo na vida civil atividades como médicos, engenheiros, advogados, parlamentares, professores, industriais e outras de elevado nível intelectual.

Os cidadãos enquadrados na situação acima descrita, ficariam à margem do benefício que a lei pretende conceder, enquanto outros seriam beneficiados. Para que não se crie uma situação caracterizadora de tratamen-

to discriminatório, é vetado o artigo 6º do projeto em exame.

São estas as razões que me levam a vetar, parcialmente, o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 30 de agosto de 1965.
— H. Castello Branco.

PROJETO A QUE SE REPEDE O VETO

Promove os Militares Veteranos da Segunda Guerra Mundial, licenciados do serviço ativo e incluídos na reserva não-remunerada.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O militar que, no Teatro de Operações da Itália, integrou a Força Expedicionária Brasileira ou o 1º Grupo de Caça, foi condecorado com a Medalha de Campanha da F.E.B. ou Medalha de Campanha da Itália, e licenciado do serviço ativo, encontra-se na reserva não remunerada, será promovido ao posto, ou graduação, imediato, acima do que possui nesta data.

Art. 2º Igual direito é concedido ao militar da Marinha de Guerra da reserva não-remunerada, condecorado com a Medalha de Serviços de Guerra e que, embarcado participou de operações ativas de guerra, navegando em missão de escolta, comboio ou patrulha.

Art. 3º Não será promovido o militar que:

a) estiver sujeito a processo no foro civil ou militar, ou cumprindo pena;
b) desempenhar na vida civil atividades incompatíveis com a sua qualidade de oficiais e graduado da Reserva das Forças Armadas;

c) professar doutrinas nocivas a disciplina e à ordem pública, ou adotar princípios contrários às instituições sociais e políticas reinantes no País;

d) incorrer em falta que desabone a sua qualidade de oficial ou graduado da Reserva das Forças Armadas.

Art. 4º A promoção far-se-á mediante requerimento ao Ministro Militar a cujo Ministério esteve o militar vinculado durante a Segunda Grande Guerra, acompanhado dos seguintes documentos:

a) Diploma da medalha referida nos arts. 1º e 2º;

b) Patente, no caso de oficiais, ou Certificado de Reservista, no de praças;

c) Atestado de que satisfaz as condições do art. 3º, fornecido pela respectiva comissão de promoções.

Art. 5º É assegurada a promoção "post mortem", requerida pelos familiares ou dependentes do militar falecido.

Art. 6º Para os efeitos desta Lei, em caso algum haverá promoção além do posto de capitão ou equivalente, para os oficiais, e de subtenente ou equivalente, para as praças.

Art. 7º As promoções com base nesta Lei não importam em qualquer vantagem pecuniária.

Art. 8º O disposto na presente Lei, bem como na Lei nº 2.579, de 23 de agosto de 1955, aplica-se aos reservistas da Marinha de Guerra, ex-integrantes da Divisão Naval em operações de guerra, que participaram da primeira guerra mundial, uma vez sejam portadores de condecoração militar por tal motivo.

Art. 9º O ex-combatente da F.E.B., do 1º Grupo de Caça da F.A.B. ou da Marinha de Guerra, que se encontra na reserva não-remunerada, portador da "Medalha de Campanha", "Medalha de Campanha da Itália" ou que tenha participado de operações de guerra em comboio e patrulhamento, portador de diploma de curso superior, devidamente registrado em repartição competente do Ministério da Educação e Cultura, será incluído, com o posto de 2º Tenente da Reserva não remunerada, na arma ou serviço

de origem ou em quadro compatível com seu curso e nível universitário, sem ônus para a Fazenda Nacional.

Parágrafo único. Quando o currículo escolar do curso acima referido for de duração igual ou superior a quatro (4) anos, o ex-combatente em apêço, ao ser incluído como 2º Tenente da Reserva, será, no mesmo ato, promovido ao posto de 1º Tenente da Reserva não remunerada, do respectivo quadro, após o serviço.

Art. 10. O ex-combatente da F.E.B., reformado por incapacidade proveniente de ferimentos verificados ou moléstia adquirida ou agravada, em zona de combate, que perca por venenos correspondências a graduação ou posto imediatamente superior ao seu, nos termos da parte final do art. 2º do Decreto-Lei nº 8.723, de 28 de janeiro de 1946, será condecorado nessa graduação ou posto.

Art. 11. Os Ministérios Militares expedirão normas referentes ao processamento do constante da presente Lei.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão Mista incumbida de relatar o veto.

MENSAGEM

Nº 387, de 1965

(Nº 693/65, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das atribuições que me conferem os artigos 70, § 1º, e 87, II, da Constituição Federal, resolvi negar sanção ao Projeto de Lei da Câmara nº 2.963-A-65 (no Senado nº 159-65), que fixa novos valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, e dá outras providências, por considerá-lo inconstitucional e contrário aos interesses nacionais, em face das razões que passo a expor:

Razões:

O projeto em apêço, ao fixar novos níveis de vencimentos para os funcionários da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, contraria o disposto no art. 5º do Ato Institucional, por acarretar aumento de despesa sem a iniciativa do Poder Executivo. Por outro lado, cria o projeto novos ônus para o erário, num momento em que se envidam todos os esforços para a contenção dos gastos governamentais, além de estabelecer padrões de vencimentos incompatíveis com os princípios de administração de pessoal, colocando tais servidores em superioridade de tratamento, em relação aos funcionários do Poder Executivo.

São estas as razões que me levaram a negar sanção ao projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 2 de setembro de 1965.
— H. Castello Branco.

PROJETO VETADO

Fixa novos valores para os símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os valores dos símbolos dos cargos e das funções gratificadas do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, aprovado pela Lei nº 409, de 15 de setembro de 1948, passam a ser os constantes das tabelas anexas.

Parágrafo único. Ao funcionário nomeado para o exercício do cargo em comissão é facultado optar pelo vencimento do símbolo previsto na tabela desta Lei ou pela percepção do vencimento e demais vantagens de seu cargo efetivo acrescido de gratificação fixa, correspondente a 20% (vinte por cento) do valor do símbolo do cargo em comissão respectivo.

Art. 2º A importância da gratificação de função será igual à diferença entre o valor estabelecido para o símbolo respectivo e o vencimento do cargo efetivo ocupado pelo funcionário.

Parágrafo único. Ao funcionário designado para o exercício de encargos de chefia, de assessoramento ou de secretariado, é facultado optar pelo critério estabelecido neste artigo ou pela percepção do vencimento e demais vantagens de seu cargo efetivo, acrescido de gratificação fixa, correspondente a 20% (vinte por cento) do valor do símbolo da função gratificada respectiva.

Art. 3º O salário-família passará a ser pago na base de Cr\$ 5.000 (cinco mil cruzeiros) por dependente.

Art. 4º Aplica-se esta Lei aos servidores inativos do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, independente de prévia apostila.

Art. 5º As vantagens financeiras decorrentes desta Lei são devidas a partir de 1º de junho de 1964.

Art. 6º Os cargos de carreira e esgotados de provimento efetivo do Quadro da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região serão preenchidos mediante concurso público de provas e títulos.

Art. 7º Aplica-se aos funcionários da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região o disposto no art. 15 e seus parágrafos, da Lei nº 4.325, de 26 de junho de 1964.

Art. 8º Os atuais cargos de Servente criados pela Lei nº 4.124, de 27 de agosto de 1962 passarão a ter a denominação de Auxiliar de Portaria, mantidos os respectivos símbolos.

Art. 9º Para atender às despesas decorrentes desta Lei, no exercício financeiro de 1964, fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Justiça do Trabalho — Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, o crédito especial de Cr\$ 30.000.000 (trinta milhões de cruzeiros), que será automaticamente registrado no Tribunal de Contas da União e distribuído ao Tesouro Nacional.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 31 de agosto de 1965. — *Camilo Nogueira da Gama*, Vice-Presidente do Senado, no exercício da Presidência.

TABELA B

1-F	300.000
4-F	235.000
7-F	210.000

A Comissão Mista incumbida de relatar o veto.

MENSAGEM

Nº 338, de 1965

(Nº 127/65, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das atribuições que me conferem os artigos 70, § 1º e 87, II, da Constituição Federal, resolvi vetar, parcialmente, o Projeto de Lei da Câmara número 2.287-64 (do Senado nº 173-63), que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e das outras providências.

Incide o veto sobre as seguintes partes, que considero contrárias aos interesses nacionais:

1) O § 1º do art. 1º.

Razões:

O privilégio para ingresso nos cargos de Técnico de Administração no Serviço Público Federal que o § 1º do artigo 1º pretende assegurar aos diplomados nos cursos de Bacharel de Administração é contrário aos interesses da Administração. Nos concursos a serem abertos para o provimento desses cargos deve-se permitir o ingresso de todos os profissionais de nível superior e não apenas dos Bacharéis em Administração. Somente benefícios trará para a Administração Pública a possibilidade de ampliar o campo de recrutamento para os cargos administrativos de mais alta nível, para os quais conhecimentos e experiências diversas devem ser requeridos.

2) No § 2º do art. 1º, as expressões "nos termos do parágrafo 1º" e "até a data da publicação desta lei".

Razões:

O veto das expressões "nos termos do § 1º", resulta do veto do parágrafo mencionado. Quando ao veto das expressões "até a data da publicação desta lei", o seu objetivo é assegurar a possibilidade da nomeação, em qualquer tempo, mediante concurso, nos cargos de Técnico de Administração do Serviço Público Federal, dos diplomados em outros cursos de ensino superior e médio, que tenham cinco anos, ou mais, de atividades próprias no campo profissional de Técnico de Administração.

3) No artigo 2º, "caput", as expressões "em caráter privativo".

Razões:

O veto a essas expressões é indispensável, uma vez que, entre os trabalhos enumerados como a características das atividades profissionais dos Técnicos de Administração, incluem-se alguns que já são legítimamente exercidos por outras categorias profissionais como a dos engenheiros, economistas e contadores.

4) Na alínea "b" do artigo 2º, a expressão "específica".

Razões:

O veto a essa expressão que adjetiva o substantivo "administração", é imprescindível, a fim de escluir o texto de uma impropriedade terminológica, por isso que os dispositivos dizem respeito à Administração Geral, conforme se comprova da exemplificação constante da própria alínea b do artigo 2º.

5) A alínea "c" do artigo 2º.

Razões:

Impõe-se o veto integral à alínea c do artigo 2º, pois é inaceitável tornar-se da exclusiva responsabilidade dos Técnicos de Administração os projetos, pesquisas e análises, feitos por empresas públicas de economia mista ou privada, com o fim de adquirir financiamento de órgãos governamentais. Para a elaboração de tais projetos é indispensáveis e primordial a participação de outros técnicos: engenheiros, economistas, contadores, estatísticos, etc., sendo a participação do Técnico de Administração bastante limitada, no caso.

6) No artigo 3º, alínea "c", as expressões "na data da vigência desta lei".

Razões:

O veto dessas expressões visa permitir que exerçam a profissão de Técnico de Administração, em qualquer tempo, os diplomados em outros cursos superiores e de ensino médio que tenham cinco anos, ou mais, de atividades próprias no campo profissional de Técnico de Administração.

7) No artigo 3º, § único, as expressões "por força do artigo 43 da Lei nº 2.700, de 12 de julho de 1960, e artigo 64 da Lei nº 4.242, de 17 de julho de 1963".

Razões:

O veto dessas expressões visa evitar interpretações restritivas, intencionalmente divorciadas da finalidade do dispositivo, que é a de resguardar a situação dos atuais ocupantes dos cargos de Técnicos de Administração.

8) No art. 4º, "caput", as expressões "paraestatais, de economia mista, inclusive bancos de que sejam acionistas os Governos Federal e Estaduais, nas empresas sob intervenção governamental ou nas concessionárias de serviços públicos".

Razões:

Embora aceitável, em princípio, que seja obrigatório, para o provimento e exercício dos cargos de Técnico de Administração, na Administração Pública, inclusive autárquica, a apresentação de diploma de Bacharel em Administração, parece inconveniente ou pelo menos prematuro, estabelecer-se a mesma obrigatoriedade para as entidades paraestatais, empresas sob intervenção governamental e concessionárias de serviços públicos. O ensino superior de Administração é ainda recente em nosso país e nem todas as Universidades mantêm com caráter regular os cursos respectivos. Deve-se aguardar a ampliação desses cursos, a melhoria de suas condições de funcionamento e a existência de um maior número de diplomados em Administração para que se cogite de obrigar as maiores empresas do país, ou setores enumerados no artigo 4º, a aceitar compulsoriamente os Bacharéis em Administração nos seus quadros de direção.

9) No artigo 5º, a expressão "específica".

Razões:

O veto a essa expressão visa possibilitar aos Bacharéis em Administração a inscrição nos concursos para provimento das cadeiras, não só de Administração específica, como de Administração geral.

10) O § 1º do artigo 15.

Razões:

Esse veto visa suprimir uma exigência, sem dúvida inconveniente, qual seja a das empresas ou entidades, que empregarem mais de cem trabalhadores, de registrarem obrigatoriamente a estrutura de sua orga-

nização nos CRIA, para fins de fiscalização do exercício profissional de Técnico de Administração. Representa o dispositivo uma intervenção injustificada na economia interna das empresas as quais compete estabelecer a estrutura mais adequada à realização de suas finalidades e, quando conveniente, manter em caráter sigiloso essa estrutura.

11) No § 2º do artigo 15, as expressões "e o parágrafo 1º".

Razões:

O veto dessas expressões é resultante do veto do § 1º do artigo 15.

12) O § 1º do artigo 16.

Razões:

Esse artigo, cujo veto integral se propõe, extravasa da destinação específica do projeto, porquanto admite a ingerência dos Conselhos Regionais de Técnicos de Administração nas empresas onde esses profissionais exerçam suas atividades. Isso porque a ação daqueles órgãos deve se exercer, exclusivamente, sobre os profissionais, disciplinando-os o exercício profissional e punindo-os pelas infrações cometidas.

São estas as razões que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 9 de setembro de 1965.
— *H. Castello Branco*.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração, e dá outras providências.

Art. 1º O Grupo da Confederação Nacional das Profissões Liberais, integrante do Quadro de Atividades e Profissões, anexo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, é acrescido da categoria profissional de Técnico de Administração.

§ 1º O provimento dos cargos da série de classes de Técnico de Administração do Serviço Público Federal será privativo, a partir da vigência desta lei, dos diplomados nos cursos de Bacharel de Administração.

§ 2º Terão os mesmos direitos e prerrogativas dos Bacharéis em Administração, para o provimento dos cargos de Técnico de Administração do Serviço Público Federal, os que hajam sido diplomados no exterior, em cursos regulares de administração, após a revalidação dos diplomas no Ministério da Educação e Cultura, bem como os que, embora não diplomados, nos termos do § 1º, ou diplomados em outros cursos de ensino superior e médio, tenham cinco anos, ou mais, de atividades próprias no campo profissional de Técnico de Administração, até a data da publicação desta lei.

Art. 2º A atividade profissional de Técnico de Administração será exercida, como profissão liberal ou não, em caráter privativo, mediante:

a) pareceres, relatórios, planos, projetos, arbitragens, laudos, assessoria em geral, chefia intermediária, direção superior;

b) pesquisas, estudos, análise, interpretação, planejamento, implantação, coordenação e controle dos trabalhos nos campos da administração específica, como administração e seleção de pessoal, organização e métodos, orçamentos, administração de material, administração financeira, relações públicas, administração mercadológica, administração de produção, relações industriais, bem como outros campos em que esses se desdobrem ou aos quais sejam conexos.

TABELAS A QUE SE REFERE O ART. 1º

TABELA A

Símbolos	Cr\$
PJ	417.000
PJ-0	410.000
PJ-1	405.000
PJ-2	387.000
PJ-3	367.000
PJ-4	333.000
PJ-5	317.000
PJ-6	300.000
PJ-7	275.000
PJ-8	250.000
PJ-9	225.000
PJ-10	205.000
PJ-11	185.000
PJ-12	167.000

Há a considerar, ainda, a disposição do parágrafo único do Artigo 1º, que permite o retorno ao Serviço Militar de militares que já se encontram na reserva. Essa retroatividade servirá

apenas para um retorno fictício ao serviço ativo, pois que, transcorridos já quatro anos, desde 1º de janeiro de 1959, estariam de novo atingidos pela compulsória aqueles que se encontram na reserva. Nesse caso, haveria promoção na reserva remunerada, com aumento de despesa sem a iniciativa do Poder Executivo, conflitando o dispositivo com o artigo 5º do Ato Institucional.

São estas as razões que me levaram a negar sanção ao projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 2 de setembro de 1965.
— H. Castello Branco.

PROJETO VETADO

Dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 3.725, de 28 de dezembro de 1959, que altera o limite de idade para permanência de oficiais dos corpos de saúde e de intendência das Forças Armadas no serviço ativo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O artigo 1º da Lei nº 3.725, de 28 de dezembro de 1959, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. O limite de idade, previsto no artigo 16 da Lei nº 2.370, de 9 de dezembro de 1954, para permanência no serviço ativo, dos oficiais dos corpos de saúde — quadros de médicos, farmacêuticos, cirurgiões-dentistas e veterinários — e de intendência das Forças Armadas, será acrescido, a partir de 1º de janeiro de 1959, de 4 (quatro), 3 (três), 2 (dois) e 1 (um) anos, respectivamente, para os postos de primeiro-tenente, capitão ou equivalente, major ou equivalente e tenente coronel médico ou equivalente.

Parágrafo único. Os benefícios desta lei atingem todos quantos, em 1º de janeiro de 1959, estavam alcançados pelo limite de idade compulsória, para permanência na ativa, previsto pela legislação anterior e que, por isso, já se encontram na reserva".

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão Mista incumbida de relatar o veto.

MENSAGEM

Nº 390, de 1965

(Nº 736/65, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, no uso das atribuições que me conferem os artigos 70, § 1º, e 87, II, da Constituição Federal, resolvi vetar, parcialmente, o Projeto de Lei CN-8 de 1965, que dispõe sobre a assistência financeira do Governo Federal a Estados e Municípios, e dá outras providências.

Incide o veto sobre as expressões "salvo quanto a titulares de cargos de nível técnico e científico", que considero contrárias aos interesses nacionais, pelas razões que passo a expor:

Tendo em vista a política financeira adotada pelo Governo Federal de comprimir os gastos correntes correspondentes a simples custeio de administração, a fim de liberar maior soma possível de recursos para a realização de investimentos essenciais para o desenvolvimento econômico do país, foi adotada uma severa política salarial no tocante aos servidores públicos civis e militares, cujos vencimentos não foram majorados e nem o serão no corrente exercício.

Faça a essa política, seria contraditório e mesmo iniquo que o Governo

Federal concedesse auxílio aos Estados e Municípios que atribuem a seus servidores uma remuneração superior a dos níveis equivalentes dos funcionários civis do Poder Executivo da União. A exceção introduzida em favor de titulares de cargos técnicos, não só contraria a política salarial do Governo Federal, como colocaria este último em posição desfavorável de competição no mercado do trabalho, para recrutamento de pessoal especializado.

Além disso, não há no serviço público uma perfeita caracterização dos cargos técnicos, pelo que as despesas vedadas poderiam dar lugar a dúvidas e a indesejáveis divergências entre a União, de um lado, e os Estados e Municípios, de outro.

São estas as razões que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 15 de setembro de 1965.
— H. Castello Branco.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

Dispõe sobre a assistência financeira ao Governo Federal a Estados e Municípios, e dá outras providências.

Art. 1º É autorizado o Poder Executivo a conceder empréstimo aos Estados e Municípios para a complementação financeira de investimentos de indiscutível urgência e de relevante interesse econômico e social.

§ 1º Os empréstimos também poderão ser concedidos aos Estados e Municípios para obras em fase de acabamento, se os mesmos não dispuserem de fundos para sua conclusão.

§ 2º Nenhum empréstimo ou auxílio poderá ser concedido a Estado ou Município que atribua aos seus servidores vencimentos superiores aos dos níveis equivalentes dos funcionários civis do Poder Executivo da União, salvo quanto a titulares de cargos de nível técnico-científico.

Art. 2º As condições aplicáveis aos empréstimos de que trata o artigo anterior serão fixadas de acordo com a natureza dos projetos de investimentos, podendo variar o prazo de resgate de 2 (dois) a 8 (oito) anos e a taxa de juros até 7% (sete por cento) ao ano, a critério do Ministro da Fazenda, de conformidade com os esquemas que forem acordados com os Estados ou com os Municípios interessados.

Art. 3º É autorizado o Ministério da Fazenda a promover a regularização dos adiantamentos já concedidos aos Estados, a título de empréstimo ou auxílio, para atender situações de emergência, que excederem os limites fixados nos artigos 4º e 13 da Lei nº 4.388, de 28 de agosto de 1964.

§ 1º Os adiantamentos de que trata este artigo, e que tenham sido feitos sob a forma de empréstimos, serão regularizados mediante assinatura de contrato de financiamento entre o Ministério da Fazenda e os Estados interessados, para resgate no prazo de 8 (oito) anos, a juros de 8% (oito por cento) ao ano.

§ 2º Os Estados e os Municípios comprovarão, nos prazos a serem fixados nos contratos de financiamento ou nos processos de auxílios, a aplicação dos investimentos previstos nesta Lei, através de documentação própria a ser submetida ao Poder Executivo da União.

Art. 4º Enquanto não forem constituídas as reservas monetárias destinadas à cobertura das diferenças de financiamento de exportações de produtos agrícolas, ainda que manufaturados, cujos preços tenham sofrido variações acentuadas eventuais no mercado internacional, o Ministro da Fazenda, mediante prévia aquiescência do Conselho Monetário Nacional, poderá autorizar o débito das respecti-

vas despesas em conta do Tesouro Nacional, dando-se ciência ao Congresso Nacional da operação e de seu montante em cruzeiros, dentro de 60 (sessenta) dias de sua realização.

Art. 5º Os recursos para a execução desta Lei serão obtidos mediante venda de Obrigações do Tesouro Nacional, até o limite de Cr\$ 250.000.000.000 (duzentos e cinquenta bilhões de cruzeiros), observadas as disposições da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964.

§ 1º Na forma do disposto no § 4º do art. 49 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, as obrigações do Tesouro Nacional, a que se refere este artigo, poderão ser adquiridas diretamente pelo Banco Central da República do Brasil.

§ 2º Os recursos resultantes da aplicação desta Lei, bem assim os decorrentes de convênios celebrados entre a União e os Estados, inclusive os da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), poderão ser depositados, por intermédio do Banco do Brasil, em banco oficial do Estado a que se destinarem, onde houver.

§ 3º Se os recursos de que trata o parágrafo anterior forem decorrentes de convênios, ficarão vinculados, em conta especial, à execução dos mesmos, para serem aplicados segundo a programação estabelecida.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor à data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão Mista incumbida de relatar o veto.

MENSAGEM

Nº 391, de 1965

(Nº 737/65, NA ORIGEM)

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal.

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que, no uso das atribuições que me conferem os artigos 70, § 1º e 87, II, da Constituição Federal, resolvi vetar, parcialmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 2.874-B/65 (no Senado nº 145-65), que institui o novo Código Florestal.

Incide o veto sobre as seguintes partes, que considero inconstitucionais e contrárias aos interesses nacionais:

1) No art. 26, a letra "p".

Razões:

Conforme preceitua o § 2º do art. 141 da Constituição Federal, "Ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei".

Assim, a lei não pode delegar às autoridades a determinação do licito ou do ilícito.

O § 27 do citado art. 141 acrescenta que "Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente e na forma da lei anterior".

Repuña, pois, a consciência jurídica que o legislador, em matéria penal, exima-se de formular os casos de infração, para atribuir tal competência a poderes administrativos.

2) O art. 40.

Razões:

A legislação do Imposto de Renda constitui um dos instrumentos da política de desenvolvimento econômico do Governo.

Através dessa legislação vêm sendo incrementadas as atividades econômicas, mediante reduções ou isenções do tributo sempre exigida a contrapartida, consistente em melhoria ou criação de empreendimentos econômicos.

A isenção tributária, sem aquela obrigação de fazer, significa dar opor-

tunidade aos empresários de auferirem, individualmente, maiores lucros, que somente servirão para o aumento de poder aquisitivo para fins de consumo e não de investimentos.

A atual legislação do Imposto de Renda já facultava ao proprietário de florestas exploradas a dedução, como cota anual de exaustão, das importâncias efetivamente aplicadas, em cada ano, no replantio de árvores destinadas ao corte, cota de exaustão que é determinada de acordo com os princípios de depreciação e com base no custo de aquisição ou plantio, corrigido monetariamente, dos recursos florestais explorados.

Para as empresas que exploram a agricultura e a pecuária, a mesma legislação também facultava a inclusão, com despesas operacionais, das importâncias correspondentes ao custo de plantio de florestas, quer para a proteção do solo, quer para o corte.

A pretendida isenção do imposto de renda, em termos amplos, sobre rendimentos provenientes da exploração de florestas, sem estipulação de obrigações em favor do desenvolvimento econômico do País, contraria, frontalmente, a política do Governo, e, em consequência, os interesses nacionais.

São estas as razões que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos srs. Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 15 de setembro de 1965. — H. Castello Branco.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

Institui o Novo Código Florestal

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade as terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade, com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecerem.

Parágrafo único. As ações ou omissões contrárias às disposições deste Código na utilização e exploração das florestas são consideradas uso nocivo da propriedade (art. 302, XI, b, do Código de Processo Civil).

Art. 2º Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

a) ao longo dos rios ou de outro qualquer curso d'água, em faixa marginal cuja largura mínima será:

1 — de 5 (cinco) metros para os rios de menos de 10 (dez) metros de largura;

2 — igual à metade da largura dos cursos que meçam de 10 (dez) a 200 (duzentos) metros de distância entre as margens;

3 — de 100 (cem) metros para todos os cursos cuja largura seja superior a 200 (duzentos) metros.

b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais;

b) nas nascentes, mesmo nos chamados "cithos d'água", seja qual for a sua situação topográfica;

d) do todo de morros, montes, montanhas e serras;

e) nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45º, equivalente a 100% na linha de maior declive;

f) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;

g) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas;

h) em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, nos campos naturais ou artificiais, as florestas nativas e as vegetações campestres.

Art. 2º Consideram-se, ainda, de preservação permanente, quando assim declaradas por ato do Poder Público, as florestas e demais formas de vegetação natural destinadas:

- a) a atenuar a erosão das terras;
- b) a fixar as dunas;
- c) a formar faixas de proteção ao longo de rodovias e ferrovias;
- d) a auxiliar a defesa do território nacional a critério das autoridades militares;
- e) a proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico ou histórico;
- f) a asilar exemplares da fauna ou flora ameaçados de extinção;
- g) a manter o ambiente necessário à vida das populações silvícolas;
- h) a assegurar condições de bem-estar público.

§ 1º A supressão total ou parcial de florestas de preservação permanente só será admitida com prévia autorização do Poder Executivo Federal, quando for necessária à execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social.

§ 2º As florestas que integram o Patrimônio Indígena ficam sujeitas ao regime de preservação permanente (letra "g") pelo só efeito desta Lei.

Art. 4º Consideram-se de interesse público:

- a) a limitação e o controle do pastoreio em determinadas áreas visando à adequada conservação e propagação da vegetação florestal;
- b) as medidas com o fim de prevenir ou erradicar pragas e doenças que afetem a vegetação florestal;
- c) a difusão e a adoção de métodos tecnológicos que visem a aumentar economicamente a vida útil da madeira e o seu maior aproveitamento em todas as fases de manipulação e transformação.

Art. 5º O Poder Público criará:

- a) Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e Reservas Biológicas, com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos;
- b) Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais, com fins econômicos, técnicos ou sociais, inclusive reservando áreas ainda não florestadas e destinadas a atingir aquele fim.

Parágrafo único. Fica proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais nos Parques Nacionais, Estaduais e Municipais.

Art. 6º O proprietário da floresta não preservada, nos termos desta Lei, poderá gravá-la com perpetuidade, desde que verificada a existência de interesse público pela autoridade florestal. O vínculo consistirá de termo assinado perante a autoridade florestal e será averbado à margem da inscrição no Registro Público.

Art. 7º Qualquer árvore poderá ser declarada imune de corte, mediante ato do Poder Público, por motivo de sua localização, raridade, beleza ou condição de portamento.

Art. 8º Na distribuição de lotes destinados à agricultura, em áreas de colonização e de reforma agrária, não devem ser incluídas as áreas florestadas de preservação permanente de que trata esta Lei, nem as florestas necessárias ao abastecimento local ou nacional de madeiras e outros produtos florestais.

Art. 9º As florestas de propriedade particular, enquanto indivisas com outras, sujeitas a regime especial, ficam subordinadas às disposições que vigorarem para estas.

Art. 10. Não é permitida a derrubada de florestas, situadas em áreas de inclinação entre a 25 a 45 graus, só sendo nelas tolerada a extração de toros, quando em regime de utilização racional, que vise a rendimentos permanentes.

Art. 11. O emprego de produtos florestais ou hulha como combustível obriga o uso de dispositivo, que impeça difusão de fumaças nocivas de provocar incêndios, nas florestas e demais formas de vegetação marginal.

Art. 12. Nas florestas preservadas, não consideradas de preservação permanente, é livre a extração de lenha e demais produtos florestais ou a fabricação de carvão. Nas demais florestas dependerá de norma estabelecida em ato do Poder Federal ou Estadual, em obediência a prescrições ditadas pela técnica e às peculiaridades locais.

Art. 13. O comércio de plantas vivas, oriundas de florestas, dependerá de licença da autoridade competente.

Art. 14. Além dos preceitos gerais a que está sujeita a utilização das florestas, o Poder Público Federal ou Estadual poderá:

- a) prescrever outras normas que atendam às peculiaridades locais;
- b) proibir ou limitar o corte das espécies vegetais consideradas em via de extinção, definindo as áreas compreendidas no ato, fazendo depender dessas áreas, de licença prévia o corte de outras espécies;
- c) ampliar o registro de pessoas físicas ou jurídicas que se dediquem à extração, indústria e comércio de produtos ou subprodutos florestais.

Art. 15. Fica proibida a exploração sob forma empírica das florestas primitivas da bacia amazônica que só poderão ser utilizadas em observância a planos técnicos de condução e manejo a serem estabelecidos por ato do Poder Público, a ser baixado dentro do prazo de um ano.

Art. 16. As florestas de domínio privado, não sujeitas ao regime de utilização limitada e ressalvadas as de preservação permanente, previstas nos artigos 2º e 3º desta Lei, são suscetíveis de exploração, obedecendo às seguintes condições:

- a) nas regiões Leste Meridional, Sul e Centro-Oeste, esta na parte sul, as derrubadas de florestas nativas, primitivas ou regeneradas, só serão permitidas, desde que seja, em qualquer caso, respeitado o limite mínimo de 20% da área de cada propriedade com cobertura arbórea localizada, a critério da autoridade competente;
- b) nas regiões citadas na letra anterior, nas áreas já desmatadas e previamente delimitadas pela autoridade competente, ficam proibidas as derrubadas de florestas primitivas, quando feitas para ocupação do solo com cultura e pastagens, bem como, nesses casos, apenas a extração de árvores para produção de madeira. Nas áreas ainda incultas, sujeitas a formas de desmatamento, as derrubadas de florestas primitivas, nos trabalhos de instalação de novas propriedades agrícolas, só serão toleradas até o máximo de 50% da área da propriedade;

c) na região Sul as áreas atualmente revestidas de formações florestais em que ocorre o pinheiro brasileiro, "Araucaria angustifolia" (Bert. — O. Ktze), não poderão ser desflorestadas de forma a provocar a eliminação permanente das florestas, tolerando-se, somente a exploração racional destas, observadas as prescrições ditadas pela técnica, com a garantia de permanência dos matos em boas condições de desenvolvimento e produção;

d) nas regiões Nordeste e Leste Sertão, inclusive nos Estados do Maranhão e Piauí, o corte de árvores e a exploração de florestas só será permitida com observância de normas técnicas a serem estabelecidas por ato do Poder Público, na forma do art. 15.

Parágrafo único. Nas propriedades rurais, compreendidas na alínea "a" deste artigo, com área entre vinte (20) a cinquenta (50) hectares com-

putar-se-ão, para efeito de fixação do limite percentual, além da cobertura florestal de qualquer natureza, os matos de porte arbóreo, sejam frutíferos, ornamentais ou industriais.

Art. 17. Nos loteamentos de propriedades rurais, a área destinada a completar o limite percentual fixado na letra a do artigo antecedente, poderá ser agrupada numa só parcela em condomínio entre os adquirentes.

Art. 18. Nas terras de propriedades privadas, onde seja necessário o florestamento ou o reflorestamento de preservação permanente, o Poder Público Federal poderá fazê-lo sem desapropriá-las, se não o fizer o proprietário.

§ 1º Se tais áreas estiverem sendo utilizadas com culturas, de seu valor deverá ser indenizado o proprietário.

§ 2º As áreas assim utilizadas pelo Poder Público Federal ficam isentas de tributação.

Art. 19. Visando a maior rendimento econômico é permitido aos proprietários de florestas heterogêneas transformá-las em homogêneas, executando trabalho de derrubada a um só tempo ou sucessivamente, de toda a vegetação a substituir, desde que assinem antes do início dos trabalhos, perante a autoridade competente, termo de obrigação de reposição e tratos culturais.

Art. 20. As empresas industriais que, por sua natureza, consumam grandes quantidades de matéria-prima florestal serão obrigadas a manter, dentro de um raio em que a exploração e o transporte sejam justificados economicamente, um serviço organizado, que assegure o plantio de novas áreas, em terras próprias ou pertencentes a terceiros, cuja produção sob exploração racional, seja equivalente ao consumido para o seu abastecimento.

Parágrafo único. O não cumprimento do disposto neste artigo, além das penalidades previstas neste Código, obriga os infratores ao pagamento de uma multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor comercial da matéria-prima florestal nativa consumida além da produção da qual participam.

Art. 21. As empresas siderúrgicas, de transporte e outras, à base de carvão vegetal, lenha ou outra matéria-prima florestal, são obrigadas a manter florestas próprias para exploração racional ou a formar, diretamente ou por intermédio de empreendedores dos quais participam, floresta destinadas ao seu suprimento.

Parágrafo único. A autoridade competente fixará para cada empresa o prazo que lhe é facultado para atender ao disposto neste artigo, dentro dos limites de 5 e 10 anos.

Art. 22. A União fiscalizará, diretamente, pelo órgão executivo específico do Ministério da Agricultura, ou em convênio com os Estados e Municípios, a aplicação das normas deste Código, podendo, para tanto, criar os serviços indispensáveis.

Art. 23. A fiscalização e a guarda das florestas pelos serviços especializados não excluem a ação da autoridade policial por iniciativa própria.

Art. 24. Os funcionários florestais no exercício de suas funções, são equiparados aos agentes de segurança pública, sendo-lhes assegurado o porte de armas.

Art. 25. Em caso de incêndio rural, que não se possa extinguir com os recursos ordinários, compete não só ao funcionário florestal, como a qualquer outra autoridade pública, requisitar os meios materiais e convocar os homens em condições de prestar auxílio.

Art. 26. Constituem contravenções penais, puníveis com três meses a um ano de prisão simples ou multa de uma a cem vezes o salário-mínimo mensal, do lugar e a da data da infração ou ambas as penas cumulativamente:

- a) destruir ou danificar a floresta considerada de preservação perma-

nente, mesmo que em formação, ou utilizá-la como infringência das normas estabelecidas ou prevista nesta Lei.

b) cortar árvores em florestas de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente;

c) penetrar em floresta de preservação permanente conduzindo animais, substâncias ou instrumentos proibidos para caça proibida ou para exploração de produtos ou subprodutos florestais, sem estar munido de licença da autoridade competente;

d) causar danos aos Parques Nacionais, Estaduais ou Municipais, bem como às Reservas Biológicas;

e) fazer fogo, por qualquer modo, em florestas e demais formas de vegetação, sem tomar as precauções adequadas;

f) fabricar, vender, transportar ou soltar balões que possam provocar incêndios nas florestas e demais formas de vegetação;

g) impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação;

h) receber madeira, lenha, carvão e outros produtos procedentes de florestas, sem exigir a exibição de licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente e sem retirar-se da via que deverá acompanhar o produto, até final beneficiamento;

i) transportar ou guardar madeiras, lenha, carvão e outros produtos procedentes de florestas, sem licença válida para todo o tempo da viagem ou do armazenamento, outorgada pela autoridade competente;

j) deixar de restituir à autoridade licenciada extinta pelo decurso do prazo ou pela entrega ao consumidor dos produtos procedentes de florestas;

k) empregar, como combustível, produtos florestais ou hulha, sem uso do dispositivo que impeça a difusão de fumaças, suscetíveis de provocar incêndios nas florestas;

l) soltar animais ou não tomar precauções necessárias para que o animal de sua propriedade não penetre em florestas sujeitas a regime especial;

m) matar, lesar ou maltratar por qualquer modo ou meio, plantas de ornamentação de locais públicos ou em propriedade privada alheia ou árvore imune de corte;

n) extrair de florestas de domínio público ou consideradas de preservação permanente, sem prévia autorização, pedra, areia, cal ou qualquer outra espécie de minerais;

o) transgredir determinações, instruções ou normas das autoridades competentes em quaisquer casos em que este Código mandar observar.

Art. 27. É proibido o uso de fogo nas florestas e demais formas de vegetação.

Parágrafo único. Se peculiaridades locais ou regiões justificarem e em função do fogo em práticas agropecuárias ou florestais, a permissão será estabelecida em ato do Poder Público, circunstanciando as áreas e estabelecendo normas de precaução.

Art. 28. Além das contravenções estabelecidas no artigo precedente, subsistem os dispositivos sobre contravenções e crimes previstos no Código Penal e nas demais leis, com as penalidades nêles cominadas.

Art. 29. As penalidades incidirão sobre os autores, sejam eles:

- a) diretos;
- b) arrendatários, parceiros, possuidores, gerentes, administradores, diretores, promitentes, compradores ou proprietários das áreas florestais, desde que praticadas por prepostos ou subordinados e no interesse dos preponentes ou dos superiores hierárquicos;
- c) autoridades que se omitirem ou facilitarem, por consentimento legal, na prática do ato.

Art. 30. Aplicam-se às contravenções previstas neste Código as regras gerais do Código Penal e da Lei de Contravenções Penais, sempre que a

presente Lei não disponha de modo diverso.

Art. 31. São circunstâncias que agravam a pena, além das previstas no Código Penal e na Lei de Contravenções Penais:

a) cometer a infração no período de queda das sementes ou da formação das vegetações prejudicadas, durante a noite, em domingos ou dias feriados, em épocas de seca ou inundações;

b) cometer a infração contra a floresta de preservação permanente ou material dela provindo.

Art. 32. A ação penal independe de queixa, mesmo em se tratando de lesão em propriedade privada, quando os bens atingidos são florestas e demais formas de vegetação, instrumentos de trabalho, documentos e atos relacionados com a proteção florestal disciplinada nesta Lei.

Art. 33. São autoridades competentes para instaurar, presidir e proceder a inquéritos policiais, lavrar autos de prisão em flagrante e instaurar a ação penal, nos casos de crimes ou contravenções, previstos nesta Lei, ou em outras leis e que tenham por objeto florestas e demais formas de vegetação, instrumentos de trabalho, documentos e produtos procedentes das mesmas;

a) as indicadas no Código de Processo Penal;

b) os funcionários da repartição florestal e de autarquias, com atribuições correlatas, designados para a atividade de fiscalização.

Parágrafo único. Em caso de ações penais simultâneas, pelo mesmo fato, iniciadas por várias autoridades, o Juiz reunirá os processos na jurisdição em que se firmou a competência.

Art. 34. As autoridades referidas no item "b" do artigo anterior, ratificada a denúncia pelo Ministério Público, terão ainda competência igual à deste na qualidade de assistente, perante a Justiça comum, nos feitos de que trata esta Lei.

Art. 35. A autoridade apreenderá os produtos e os instrumentos utilizados na infração e, se não puderem acompanhar o inquérito, por seu volume e natureza, serão entregues ao depositário público local, se houver e, na sua falta, ao que for nomeado pelo Juiz, para ulterior devolução ao prejudicado. Se pertencerem ao agente ativo da infração, serão vendidos em hasta pública.

Art. 36. O processo das contravenções obedecerá ao rito sumário da Lei n.º 1.508, de 19 de dezembro de 1951, no que couber.

Art. 37. Não serão transcritos ou averbados no Registro Geral de Imóveis os atos de transmissão "intervivos" ou "causa mortis", bem como a constituição de ônus reais, sobre imóveis da zona rural, sem a apresentação de certidão negativa de dívidas referentes a multas previstas nesta Lei ou nas leis estaduais supletivas, por decisão transitada em julgado.

Art. 38. As florestas plantadas ou naturais são declaradas imunes a qualquer tributação e não podem determinar, para efeito tributário, aumento do valor das terras em que se encontram.

§ 1.º Não se considerará renda tributável o valor de produtos florestais obtidos em florestas plantadas, por quem as houver formado.

§ 2.º As importâncias empregadas em florestamento e reflorestamento serão deduzidas integralmente do imposto de renda e das taxas específicas ligadas ao reflorestamento.

Art. 39. Ficam isentas do imposto territorial rural as áreas com florestas sob regime de preservação permanente e as áreas com florestas plantadas para fins de exploração madeireira.

Parágrafo único. Se a floresta for nativa, a isenção não ultrapassará de 50% (cinquenta por cento) do valor

do imposto, que incidir sobre a área tributável.

Art. 40. Ficam isentos do imposto de renda os rendimentos provenientes da exploração de florestas plantadas para fins econômicos.

Art. 41. Os estabelecimentos oficiais de crédito concederão prioridade aos projetos de florestamento, reflorestamento ou aquisição de equipamentos mecânicos necessários aos serviços, obedecidas as escalas anteriormente fixadas em lei.

Parágrafo único. Ao Conselho Monetário Nacional, dentro de suas atribuições legais, como órgão disciplinador do crédito e das operações creditícias em todas suas modalidades e formas, cabe estabelecer as normas para os financiamentos florestais, com juros e prazos compatíveis, relacionados com os planos de florestamento e reflorestamento aprovados pelo Conselho Florestal Federal.

Art. 42. Dois anos depois da promulgação desta Lei, nenhuma autoridade poderá permitir a adoção de livros escolares de leitura que não contenham textos de educação florestal, previamente aprovados pelo Conselho Federal de Educação, ouvido o órgão florestal competente.

§ 1.º As estações de rádio e televisão incluirão, obrigatoriamente, em suas programações, textos e dispositivos de interesse florestal, aprovados pelo órgão competente no limite mínimo de cinco (5) minutos semanais, distribuídos ou não em diferentes dias.

§ 2.º A União e os Estados promoverão a criação e o desenvolvimento de escolas para o ensino florestal, em seus diferentes níveis.

Art. 43. Fica instituída a Semana Florestal, em datas fixadas para as diversas regiões do País, por Decreto Federal. Será a mesma comemorada obrigatoriamente, nas escolas e estabelecimentos públicos ou subvencionados, através de programas objetivos em que se ressalte o valor das florestas, face aos seus produtos e utilidades, bem como sobre a forma correta de conduzi-las e perpetuá-las.

Parágrafo único. Para a Semana Florestal serão programadas reuniões, conferências, jornadas de reflorestamento e outras solenidades e festividades com o objetivo de identificar as florestas como recurso natural renovável, de elevada valor social e econômico.

Art. 44. Na região Norte e na parte Norte da região Centro-Oeste, enquanto não for estabelecido o decreto de que trata o artigo 15, a exploração a corte raso só é permissível desde que permaneça com cobertura arbórea, pelo menos 50% da área de cada propriedade.

Art. 45. O Poder Executivo promoverá, no prazo de 180 dias, a revisão de todos os contratos, convênios, acordos e concessões relacionados com a exploração florestal em geral, a fim de ajustá-las às normas adotadas por esta Lei.

Art. 46. Fica mantido o Conselho Florestal Federal, com sede em Brasília, como órgão consultivo e normativo da política florestal brasileira.

Parágrafo único. A composição e atribuições do Conselho Florestal Federal, integrado, no máximo, por 12 (doze) membros, serão estabelecidas por decreto do Poder Executivo.

Art. 47. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que for julgado necessário à sua execução.

Art. 48. Esta Lei entrará em vigor 120 (cento e vinte) dias após a data de sua publicação, revogados o Decreto n.º 23.793, de 23 de janeiro de 1934 (Código Florestal) e demais disposições em contrário.

A Comissão Mista incumbida de relatar o veto.

Ofícios do Sr. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 101, de 1965

(Nº 3 130-B/65, NA ORIGEM)

Concede pensão mensal a Dora Maria Luiza Vitória Rui Barbosa Guerra.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É concedida a D.ª Maria Luiza Vitória Rui Barbosa Guerra, filha do Conselheiro Rui Barbosa, uma pensão mensal especial de valor correspondente ao dobro do maior salário-mínimo vigente no País.

Art. 2.º A pensão especial de que trata o artigo anterior será pessoal, intransferível e somente paga à beneficiária enquanto viver, correndo a despesa correspondente à conta da dotação orçamentária destinada ao pagamento dos demais pensionistas a cargo do Ministério da Fazenda.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 188, de 1965

(Nº 3 074-B/65, NA ORIGEM)

Autoriza a abertura do crédito especial de Cr\$ 200.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros) à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, para atender a despesas que especifica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir, à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, o crédito especial de Cr\$ 200.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros), para atender a despesas com a elaboração, mediante contrato, de um plano de ação administrativa.

Art. 2.º Os recursos previstos nesta Lei serão providos com a anulação da importância de Cr\$ 200.000.000 (duzentos milhões de cruzeiros) da dotação 4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial — Y.02 — Valorização Econômica da Amazônia; 1) para ser discriminada de acordo com o Plano Quinquenal ou com o Programa de Emergência (Constituição Federal, art. 199, parágrafo único; Lei n.º 1.806, de 8 de janeiro de 1953, arts. 10, 13 e 19) do Orçamento de 1965, da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, Lei n.º 4.539, de 10 de dezembro de 1964.

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 102, de 1965

(Nº 3 075-B/65, NA ORIGEM)

Altera dispositivo do Decreto-lei nº 1.995, de 1.º de fevereiro de 1940, que fixa a tarifa geral para os serviços dos Correios e Telégrafos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O parágrafo único do art. 4.º do Decreto-lei nº 1.995, de 1.º de

fevereiro de 1940, passa a ter a seguinte redação:

"Parágrafo único. As disposições dos citados arts. 11 e 26 são extensivas à Comissão Censitária Nacional e aos contingentes militares em missão no exterior."

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 190, de 1965

(Nº 3 077-B/65, NA ORIGEM)

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Superior Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 519.550 (quinhentos e dezenove mil, quinhentos e cinquenta cruzeiros) para atender a despesas efetuadas com a realização de eleições em 1965 e 1964.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário — Tribunal Superior Eleitoral — o crédito especial de Cr\$ 519.550 (quinhentos e dezenove mil, quinhentos e cinquenta cruzeiros) para atender a despesas efetuadas com a realização de eleições em 1963 e 1964.

Art. 2.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 191, de 1965

(Nº 3 079-B/65, NA ORIGEM)

Determina a sede e o foro da Administração do Porto do Rio de Janeiro e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O artigo 1.º do Decreto-lei número 3.198, de 14 de abril de 1941, passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 1.º A Administração do Porto do Rio de Janeiro (A.P.R.J.), órgão de natureza autárquica com personalidade jurídica própria, sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, sob jurisdição do Ministério da Viação e Obras Públicas tem por fim a exploração industrial, comercial e os melhoramentos do Porto do Rio de Janeiro."

Artigo 2.º As custas dos atos judiciais praticados pela Administração do Porto do Rio de Janeiro, serão pagas na conformidade do critério a que alude o § 1.º do artigo 56, do Decreto-lei número 1.608, de 13 de setembro de 1939.

Artigo 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 192, de 1965

(Nº 3 126-B/65, NA ORIGEM)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de Cr\$ 400.000.000 (quatrocentos milhões de cruzeiros) para atender a despesas com reparo de navios.

O Congresso Nacional decreta:

Artigo 1.º É autorizado o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Ma-

inha, o crédito especial de Cr \$... 400.000.000 (quatrocentos milhões de cruzeiros), para atender a despesas com reparos de navios.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata o presente artigo será registrado pelo Tribunal de Contas e automaticamente distribuído ao Tesouro Nacional.

Artigo 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 193, de 1965

(Nº 5 127/65, NA ORIGEM)

Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda, de crédito especial de Cr\$ 8.200.000.000 (oitocentos e vinte milhões de cruzeiros) para correr as despesas com a mudança da Delegacia Fiscal de São Paulo para o Edifício CIBRAÇO.

O Congresso Nacional decreta:

Artigo 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial, com vigência de quatro exercícios, de Cr\$ 8.200.000.000 (oitocentos e vinte milhões de cruzeiros), sendo: Cr\$ 800.000.000 (oitocentos milhões de cruzeiros) para a construção de edifício destinado à instalação das repartições fazendárias, em São Paulo, e Cr\$ 20.000.000 (vinte milhões de cruzeiros) para ocorrer às despesas com a mudança da Delegacia Fiscal naquele Estado para o edifício CIBRAÇO situado na Avenida Conceição nº 140.

Artigo 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 194, de 1965

(Nº 3 129-B/65, NA ORIGEM)

Concede pensão especial a Dona Herminia Furtado Reis.

O Congresso Nacional decreta:

Artigo 1º É concedida a Dona Herminia Furtado Reis, filha solteira de Aarão Reis, uma pensão mensal especial vitalícia de valor correspondente ao dobro do maior salário-mínimo vigente no País.

Parágrafo único. O benefício instituído neste artigo substitui o montepio deixado pelo "de cujus".

Artigo 2º A pensão especial, de que trata o artigo anterior, será intransferível, correndo a despesa correspondente à conta da dotação orçamentária destinada ao pagamento dos demais pensionistas a cargo do Ministério da Fazenda.

Artigo 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 195, de 1965

(Nº 3 072/65, NA ORIGEM)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 191.364.240 (cento e noventa e um milhões, trezentos e sessenta e qua-

tro mil, duzentos e quarenta e quatro mil, para atender as despesas com o comparecimento do Episcopado brasileiro à Quarta Sessão do Concílio Ecumênico Vaticano II.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores — indicando o recurso previsto no art. 43 da Lei número 4.320, de 17 de março de 1964 — o crédito especial de Cr\$ 191.364.240 (cento e noventa e um milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, duzentos e quarenta e quatro mil, para atender as despesas com o comparecimento do Episcopado brasileiro à Quarta Sessão do Concílio Ecumênico Vaticano II.

Parágrafo único. O crédito especial de que trata a presente lei será registrado pelo Tribunal de Contas e distribuído automaticamente ao Tesouro Nacional.

Art. 2º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

A Comissão de Finanças.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 196, de 1965

(Nº 3 076/65, NA ORIGEM)

Dispõe sobre demolições e reconstruções de benfeitorias, em próprio nacional, e de outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As demolições e reconstruções de benfeitorias, em próprio nacional, somente poderão ser efetuadas mediante autorização do Ministro de Estado sob cuja jurisdição se encontrar o imóvel.

Art. 2º Consideram-se benfeitorias para os efeitos desta lei:

- a) edificações permanentes ou desmontáveis;
- b) muros e cercas que delimitam o imóvel;
- c) construções de emergência.

Parágrafo único. Não são consideradas benfeitorias:

- a) áreas cobertas destinadas a abrigar, por tempo determinado, material em trânsito;
- b) muros e cercas internas provisórias;
- c) abrigos rústicos.

Art. 3º Concluída a demolição, caberá ao Ministério respectivo encaminhar ao Serviço do Patrimônio da União, plantas, termo de vistoria e demais elementos indispensáveis à modificação do registro competente no cadastro do bem imóvel.

Art. 4º Na demolição por construção defeituosa, dolo, imperícia, omissão ou negligência, o parecer técnico do órgão fiscalizador da obra substituirá o termo de vistoria.

Parágrafo único. Aquêle documento deverá conter os esclarecimentos indispensáveis a trabalhos de tal natureza, com a indicação do responsável ou responsáveis pelo evento.

Art. 5º É proibida a demolição ou reconstrução de benfeitoria existente em próprio nacional tombado pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional sem o prévio assentimento do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Projetos do Executivo.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 197, de 1965

(Nº 3 128-B/65, NA ORIGEM)

Concede pensão especial ao cidadão inglês Henry Philip Brotherton Dye, servidor da Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedida pensão mensal especial, em cruzeiros, equivalente a três vezes o salário-mínimo do nosso País, ao cidadão inglês Henry Philip Brotherton Dye, servidor, desde 1922, da Delegacia do Tesouro Brasileiro no Exterior.

Parágrafo único. A pensão será calculada fazendo-se a conversão ao câmbio pelo qual são escrituradas as operações de receita e despesa da Delegacia, a qual poderá elevar o respectivo pagamento em cruzeiros, sempre que os interesses do País assim o aconselharem.

Art. 2º O pagamento da pensão de que trata esta lei correrá à conta da dotação orçamentária própria do Ministério da Fazenda, distribuindo-se à citada Delegacia, no início de cada exercício financeiro o crédito respectivo.

Art. 3º A pensão concedida por esta lei, no caso de falecimento do beneficiário, será assegurada à sua esposa, e será devida a partir da data em que o falecimento ocorrer.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 198, de 1965

(Nº 3 082-B/65, NA ORIGEM)

Altera, sem ônus, a Lei nº 4.539, de 13 de dezembro de 1964, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1965.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. São feitas, sem ônus, as seguintes alterações na Lei nº 4.539, de 13 de dezembro de 1964, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1965.

Anexo 3 — Poder Judiciário.
Subanexo 3.03.00 — Justiça Militar.
Unidade 3.03.01 — Superior Tribunal Militar.

Função 0.2 — Categoria Econômica:
4.0.0.0 — Despesa de Capital.
4.1.0.0 — Investimentos
4.1.1.0 — Obras Públicas.
4.1.1.2 — Início de Obras:

1) Onde se lê:
"2) Construção de 102 apartamentos em Brasília para o Pessoal da Justiça Militar — 900.000.000",

Lê-se:
"2) Construção de apartamentos em Brasília para o Pessoal da Justiça Militar — 900.000.000",

2) Transfira-se para a especificação "1) Construção de apartamentos em Brasília para o Pessoal da Justiça Militar — 900.000.000", a verba consignada na especificação —

"1) Construção de um estabelecimento Penal Militar em Brasília — 200.000.000".

Art. 2º. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças.

RESPOSTAS A PEDIDOS DE INFORMAÇÕES

Do Senhor Ministro do Trabalho e Previdência Social (avisos de 15 de maio ao projeto.

setembro, com referência a requerimentos do Senhor Senador Vasconcelos Torres:

Nº 1.271 — Requerimento nº 458 de 1965;

Nº 1.272 — Requerimento nº 459 de 1965.

PARA CENES

Nº 1.121, de 1965

Da Comissão de Economia, ao Projeto de Lei do Senado nº 40, de 1962, que dispõe sobre a relação das concessões de privilégios de invenções e registro de marcas, estabelece normas para a remessa de "royalties" e de outras providências.

Relator: Sr. José Feliciano.

A proposição em exame, apresentada pelo nobre Senador Nazareno da Câmara, dispõe em seu artigo 1º que o Departamento Nacional de Propriedade Industrial promoverá a revisão binal da legalidade, vigência e uso efetivo dos privilégios de patentes de invenção, modelos de utilidade de invenção, ou modelos industriais e variedades novas de plantas, bem como dos registros de marcas de indústria a comércio, nomes comerciais, títulos de estabelecimentos, inscrições comerciais e expressões ou sinais de propaganda.

Estabelece também o projeto (artigo 2º) que qualquer registro de patente estrangeira só será efetuado a prazo não excedente ao de sua duração no país de origem. E, ainda, que nenhuma pessoa jurídica poderá creditar, remeter, pagar, entregar ou empregar importâncias, a título de "royalties" (artigo 3º), sem que os contratos de licença para exploração de privilégios patenteados ou de marcas registradas, referidos no artigo 3º, letras a e b, do Código de Propriedade Industrial, esteja devidamente averbado, arquivado e registrado, com plena vigência, no Departamento Nacional de Propriedade Industrial.

Seguem outras diferentes disposições, na linha do mesmo assunto. E em longa e substanciosa justificativa o Autor do Projeto expõe as razões, sem dúvida de alto interesse público, que o levaram a apresentá-la.

Pronunciando-se sobre o projeto em 1964 a Comissão de Constituição e Justiça reconheceu que o mesmo está redigido dentro de boa técnica legislativa, "nada havendo que lhe possa ser arguido quanto ao seu aspecto jurídico-constitucional".

A Comissão de Economia, por sua vez, examinando a proposição também em 1964, ponderou sobre a dificuldade para uma tomada de posição em face das medidas propostas, sem conhecer o ponto de vista do Ministério da Indústria e Comércio, em cuja área administrativa situa-se o Departamento Nacional de Propriedade Industrial. E assim, decidiu ouvir sobre o assunto o Ministério em questão.

O Ministro da Indústria e Comércio compareceu à Comissão de Economia a 24 de setembro de 1964, fazendo, então, longa exposição sobre os problemas e as deficiências do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, "um órgão inteiramente desatualizado", como teve oportunidade de observar. Concluiu, concordando plenamente com a tese do Projeto, no sentido de que o citado órgão da administração pública precisa ser reformado, mas, em face da própria complexidade técnica do problema, admitiu serem necessários estudos em profundidade na área do Executivo. Ultrapassados esses estudos o projeto de lei elaborado e, a seguir, submetido à consideração do Congresso.

Tendo em vista a palavra do Ministro (na caso o Senhor Daniel Farcão) a Comissão de Economia opinou, em outubro de 1964, contrariamente.

Incluído na Ordem do Dia, foi a matéria, em virtude de requerimento aprovado nesse sentido, retirada da mesma, em março de 1965, e de novo remetida a Comissão de Economia, para um reexame.

A esse reexame estamos agora procedendo.

As disposições da proposição situam-se conforme não teremos dificuldade em constatar, em duas faixas de assuntos: a primeira tratando de remessa de lucros e de outras questões correlatas, matéria disciplinada pela Lei de Remessa de Lucros (Lei número 4.131, de 3 de setembro de 1962), já regulamentada (Decreto número 55.762, de 17 de fevereiro de 1965).

Ora, e bastante cedo, em nosso entender, para investir contra a Lei de Remessa de Lucros, anulando maciçamente dispositivos incluídos no seu texto.

A segunda faixa de assuntos inclui a reformulação técnico-administrativa do Departamento Nacional de Propriedade Industrial, problema com o qual, que está na alça de mira das atenções do Executivo, que elaborará projeto de lei a respeito, a ser encaminhado ao Congresso.

Há, portanto, em nosso entender, sérios motivos para manter a opinião deste órgão, exarada em outubro de 1964, contrária ao projeto.

Somos, pois, pela sua rejeição.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1965. — Atilio Fontana, Presidente. — José Peliciano, Relator. — Jos Leite. — Adolpho Franco. — Mello Braga.

PARECER

Nº 1.122, de 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 11, de 1965, que cria o crédito profissional a favor de profissões autônomas ou sob regime de emprego.

Relator: Sr. Heribaldo Vieira.

O Senador Faria Tavares é o autor deste projeto, que tem por escopo alargar o sentido social dos empréstimos bancários, fazendo-o desbordar do âmbito das grandes e médias organizações e das poderosas instituições pessoais, para a tenda do pequeno artesão, que muneja em atividades autônomas, a fim de que possa adquirir os instrumentos e acessórios de uso individual, necessários ao seu trabalho.

O financiamento sugerido será feito pelo Banco do Brasil, mediante a criação de uma carteira de crédito profissional e, em convênio com o mencionado Banco, através dos domínios estabelecimentos bancários e as Caixas Econômicas Federais e Estaduais.

Os empréstimos são feitos sob garantia pignoratícia dos mesmos instrumentos e acessórios adquiridos com os recursos do financiamento, ficando o devedor equiparado ao depositário, para todos os efeitos legais.

O financiamento terá por limite vinte vezes o salário mínimo da região e será resgatado em sessenta prestações mensais e iguais e vencerá juros legais, sem acréscimos de quaisquer taxas ou emolumentos, aplicada a Tabela Price.

O órgão financiador ficará obrigado a reservar, pelo menos, um décimo de sua verba de aplicação de capital, para satisfação das exigências desta lei.

Em linhas gerais é o que diz o Projeto. Trata-se, como se vê, de matéria estritamente financeira, em que as autorizadas operações de crédito, sob a responsabilidade do Banco do Brasil S.A., sociedade de economia

mista da qual é a União a maior acionista.

O artigo 67, § 1º da Constituição Federal veda ao Senado a iniciativa de tais proposições. Acresce que há na proposição uma autorização de despesa. É verdade que a despesa é uma operação de mútuo, onde o retorno do capital é da essência do instituto. Mas o que é certo é que a despesa de qualquer forma se fará. É verdade que o dinheiro não sairá propriamente do erário. Mas é certo que dos riscos do negócio participa a União, como maior acionista do Banco financiador. Ora, em relação a aumento da despesa pública o artigo 5º do Ato Institucional é categórico na proibição que faz a qualquer iniciativa do Senado ou de Câmara.

Desta forma, por mais louváveis que sejam os objetivos visados no Projeto, temos de opinar, como opinamos, pela sua rejeição, pela premissa da inconstitucionalidade.

Sala das Comissões, em 15 de setembro de 1965. — Menezes Pimentel, Presidente eventual. — Heribaldo Vieira, Relator. — Oscar Passos. — Aloysio de Carvalho. — Josephat Marinho. — Edmundo Levi.

PARECER

Nº 1.123, de 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 18, de 1965, que dispõe sobre matrículas no curso superior em benefício de famílias numerosas.

Relator: Sr. Josephat Marinho.

1. O objetivo fundamental da presente proposição é assegurar, "em todas as Escolas Superiores mantidas pela União, um terço das vagas para matrículas novas, por ano, aos estudantes cujos pais, empregados ou funcionários, tenham mais de cinco filhos menores de 21 anos ou, se maiores, deles dependentes (art. 1º).

Para execução dessa garantia, o nobre autor do projeto, Senador Faria Tavares, estabelece que:

a) "a habilitação às matrículas se dará por concurso de provas, na conformidade das normas para todos adotadas (art. 1º, par. ún.);

b) "nas preenchidas, nas primeiras provas, todas as vagas correspondentes à terça parte a que se refere o art. 1º, realizar-se-ão as segundas, trinta dias após aquelas e nas mesmas condições" (art. 2º);

c) "as vagas remanescentes dos últimos exames serão aproveitadas pelos demais alunos, segundo a classificação obtida" (art. 2º, par. ún.).

Os dispositivos restantes enunciam a documentação necessária ao gozo do privilégio (art. 3º), a responsabilidade dos dirigentes universitários no cumprimento da lei (art. 4º) e as penalidades cabíveis às autoridades e aos beneficiários, por descumprimento das normas estabelecidas (art. 5º).

2. Como salientado na justificativa do projeto é imperioso que se criem condições cada vez mais favoráveis aos filhos de famílias numerosas e de assalariados, de modo que possam alcançar, com relativa facilidade, os estabelecimentos de ensino superior e técnico.

Abair as escolas, de todos os graus, que não têm privilégios de origem ou de fortuna, é dever da sociedade e do Estado no sistema democrático de governo.

Não se pode aplicar friamente, ou desconhecendo as discriminações sociais e econômicas, a regra de que todos são iguais perante a lei, inscrita na Constituição da República. A execução desse princípio deve ser sempre condicionada à realidade, denunciadora de desigualdades lamentáveis. Do contrário, o nobre preceito de humana justiça se converte em fórmula de proteção aos ricos e de desproteção

aos pobres. "A igualdade, portanto — como a resumo João Mangabeira em conceito magistral — é uma abolição de privilégios dos fortes. Não é nem pode ser nada um obstáculo à proteção que o Estado deve aos fracos" (Em torno da Constituição, 1934, página 281).

3. A outorga de proporcionar ao maior número a conquista de instrução superior e técnica há de efetuar-se, pois, em medidas que possam vencer o desequilíbrio social e econômico. A correção das desigualdades há de operar-se pela imposição da autoridade de leis justas, ou pela assistência financeira adequada.

Criar novos privilégios, prejudiciais ao critério do mérito, sobre ser injusto, é deseducativo. No âmbito do ensino, especialmente, a proteção do Estado há de positivar-se em reconhecimento às apódições apuradas, segundo os processos comuns a todos os estudantes.

4. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 4.024, de 20-12-61) prescreve, em seu art. 94, que "a União proporcionará recursos a educandos, que demonstrem necessidade e aptidão para estudos, sob duas modalidades:

a) bolsas gratuitas para custeio total ou parcial dos estudos;

b) financiamento para reembolso dentro de prazo variável, nunca superior a quinze anos".

Certo, esse regime de assistência ainda não funciona em condições satisfatórias. Cumpre ampliá-lo e submetê-lo a disciplina que evite, quanto possível, que motivos estranhos à "necessidade" e à "aptidão" perturbem o dever de assistência do Estado. Impõe-se, enfim, que não sejam amparados os que não precisam, ou não têm merecimento, em prejuízo dos que sem a ajuda do poder público perderão a oportunidade de aproveitar aptidões demonstradas.

O Conselho Federal de Educação poderá sugerir a complementação ou a reforma da legislação vigente, para que o regime da necessidade e do mérito não seja prejudicado pelo sistema do prestígio.

5. A sugestão que o projeto encerra não é justa, nem jurídica. Gera novos privilégios sem base no mérito e investe contra o sistema legal de classificação e admissão por notas que caracteriza o ingresso dos educandos nas escolas superiores. A candidatos submetidos a um mesmo regime de provas e de notas confere tratamento diverso e privilegiado, para preferir aqueles cujos pais, "empregados ou funcionários, tenham mais de cinco filhos menores de 21 anos ou, se maiores, deles dependentes".

É justo amparar estudantes nas condições previstas na proposição, mas pela forma que a Lei de Diretrizes e Bases estabelece, por meio de um documento do qual não se estimula, ou por processo outro adequado que não anule o próprio subestímulo ao merecimento.

É ilim de direito ao pagamento apurado por exames, com o que se vê também a falta de justiça e a falta de equidade inerente à família pequena, mas igualmente pobre, como a de prole numerosa.

Dentro a Constituição, se acolhemos que "a educação é direito de todos" e deve inspirar-se "nos ideais de solidariedade humana" (art. 163), preceito, de outro lado, que "cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar" (artigo 172). Da ênfase, assim, ao aproveitamento como base e finalidade precípua do amparo oficial. E é pelo aproveitamento que o aluno, geralmente, revela mérito.

6. Por essas razões opinamos pela inconstitucionalidade do projeto, cujo contexto, entretanto, poderá servir de elemento à douta Comissão de Educação e Cultura para elaborar substi-

tutivo, inclusive ouvindo, se lhe parecer próprio, o Conselho Federal de Educação.

Sala das Comissões, em 15 de setembro de 1965. — Menezes Pimentel, Presidente eventual. — Josephat Marinho, Relator. — Oscar Passos. — Aloysio de Carvalho. — Heribaldo Vieira. — Edmundo Levi.

PARECER

Nº 1.124, de 1965

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei do Senado nº 166-63, que pretende disciplinar pagamento de indenizações e outras prestações de âmbito da legislação trabalhista.

Relator: Sr. Edmundo Levi.

De autoria do operoso Senador Antônio Steinbrunn, o projeto em exame determina que "serão obrigatoriamente pagas por cheque nominal e assado as importâncias devidas pelos empregadores aos seus empregados, referentes a indenizações de rescisão de contrato de trabalho, férias e gratificação de Natal" (art. 1º).

2. Justificando a proposição, seu ilustre autor expõe que o pagamento em dinheiro ocasiona uma série de inconveniências, "tanto para o empregado como para o empregador", além de dar ensejo a fraudes e abusos que propiciam vários e custosos feitos judiciais.

O pagamento através de cheque nominal obstará essas inconveniências e o que ele chama "aspectos negativos do problema".

3. Evidentemente, o projeto não incorre em inconstitucionalidade nem padece de injuridicidade. Também não fere a sistemática da Consolidação das Leis do Trabalho. Por isso julgamos que, sob os aspectos que interessam a esta Comissão, nada há que opor.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1965. — Afonso Arinos, Presidente. — Edmundo Levi, Relator. — Heribaldo Vieira. — Oscar Passos. — Josephat Marinho. — Menezes Pimentel.

PARECER

Nº 1.125, de 1965

Da Comissão de Legislação Social sobre o Projeto de Lei do Senado nº 166, de 1963, que dispõe sobre o pagamento em cheque nominal das importâncias devidas pelos empregadores aos seus empregados, referentes a indenizações de rescisão de contrato de trabalho, férias e gratificação de Natal, instituída pela Lei nº 4.090, de 13 de agosto de 1962.

Relator: Sr. Heribaldo Vieira.

A proposição em estudo estabelece em seu artigo 1º que "serão obrigatoriamente pagas por cheque nominal e visado as importâncias devidas pelos empregadores aos seus empregados, referentes a indenizações de rescisão de contrato de trabalho, férias e gratificação de Natal instituída pela Lei nº 4.090, de 13 de agosto de 1962".

Justificando o Projeto, o seu autor alinha os inconvenientes, quer para os empregados, quer para os empregadores, que diz nascerem do pagamento em dinheiro das indenizações por dispensa de empregado, férias e gratificações de Natal.

Dentre os que prejudicam os empregados destaca o de ficarem subordinados a procuradores nem sempre escrupulosos ou a patrões que impõem o recebimento de quantias menores do que as devidas, como condição para a sua continuidade no emprego.

Quanto aos empregadores mencionam que eles, por sua vez, terão de manter em caixa grandes quantias fi-

7. A medida proposta pelo projeto a ser ver, se adotada, resolverá o problema e contribuirá, por outro lado, para a implantação de um clima de maior tranquilidade e paz social dentro dos verdadeiros princípios que devem reger a Justiça Social, por todos desejada.

8. Diante do exposto, a Comissão de Legislação Social opina pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, 14 de setembro de 1965. — **Vivaldo Lima**, Presidente — **Eunício Rezende**, Relator — **Heriberto Vieira** — **Edmundo Levi** — **José Leite** — **Altílio Fontana**.

IDENTE:

(**Guido Mondin**) — Está finda a leitura do expediente.

O Sr. 1.º Secretário vai ler comunicação encaminhada à Mesa pelo Sr. Senador Gilberto Marinho.

E' lida a seguinte:

COMUNICAÇÃO

Em 16 de setembro de 1965.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que me ausentarei dos trabalhos do Senado a partir do dia 19 do corrente, aguardando no estrangeiro a autorização, hoje solicitada, para o exercício de missão com que acaba de distinguir-me o Senhor Presidente da República.

Atenciosas saudações. — **Gilberto Marinho**.

O SR. PRESIDENTE:

(**Guido Mondin**) — A comunicação que acaba de ser lida vai a publicação.

O SR. PRESIDENTE:

(**Guido Mondin**) — O Sr. 1.º Secretário vai ler requerimento de autoria do Sr. Senador Vivaldo Lima.

E' lido o seguinte:

REQUERIMENTO

Nº 676, de 1965

Do Senado Federal Rio GB 41-256

NIL 1-3-35.

Para Sr. Presidente Senado Federal.

Senador Auro Soares Moura Andrade

Senado Federal

Brasília

Devido realizar-se em Viena, capital da Áustria, de 23 ao corrente, a 9 de outubro próximo, a vigésima oitava reunião do Conselho dos Governadores da Liga das Sociedades da Cruz Vermelha e a vigésima Conferência Internacional da Cruz Vermelha, tenho de participar de ambas como chefe da Delegação da Cruz Vermelha Brasileira na qualidade de seu presidente, cumulativamente, da segunda, por convite do Ministério das Relações Exteriores, como Chefe da Delegação do Brasil. Assim sendo, nos termos do art. 4º da Constituição Federal, combinado com os arts. 40 e 40-A e seus parágrafos do Regimento Interno do Senado, tenho a honra de requerer a necessária e prévia autorização do Senado para desempenho das missões aludidas, cujo prazo não ultrapassará de 30 dias.

Atenciosamente. — Senador **Vivaldo Lima**.

O SR. PRESIDENTE:

(**Guido Mondin**) — De acordo com o disposto no art. 40, § 1.º, do Regimento Interno, será remetido à Comissão de Relações Exteriores, devendo ser submetido à consideração do Plenário, ainda na sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE:

(**Guido Mondin**) — A Presidência deferiu, hoje, os seguintes requerimentos de informações, apresentados ontem pelo Sr. Senador Vasconcellos Torres:

— ao Sr. Ministro da Agricultura: N.º 667 e N.º 670;

— ao Sr. Ministro da Educação e Cultura:

N.º 659 e N.º 663;

— ao Sr. Ministro da Fazenda:

N.º 668, N.º 669, N.º 671, N.º 672 e N.º 673;

— ao Sr. Ministro da Indústria e do Comércio (Instituto Brasileiro do Café):

N.º 661;

— ao Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social:

N.º 662 e N.º 666;

— ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas:

N.º 660, N.º 664, N.º 665 e N.º 672.

O SR. PRESIDENTE:

(**Guido Mondin**) — No expediente lido figuram mensagens presidenciais referentes a vetos, opostos a oito proposições legislativas, a saber:

— Projeto de Lei nº 2.948-C-65 na Câmara e nº 151-65 no Senado, que modifica o art. 11 e seus parágrafos da Lei nº 1.493, de 13 de dezembro de 1951, alterados pela Lei número 2.266, de 12 de julho de 1954, e dá outras providências (veto parcial);

— Projeto de Lei nº 2.873-A-65 na Câmara e nº 152-65 no Senado, que fixa novos valores para os símbolos do Quadro do Tribunal Regional Eleitoral do Trabalho da 6.ª Região e dá outras providências (veto total);

— Projeto de Lei nº 2.847-B-65 na Câmara e nº 129-65 no Senado, que promove os Militares Veteranos da segunda Guerra Mundial, licenciados do serviço ativo e incluídos na reserva não remunerada (veto parcial);

— Projeto de Lei nº 2.983-A-65 na Câmara e nº 159-65 no Senado, que fixa novos valores para os símbolos dos cargos e das funções quinquenais do Quadro do Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5.ª Região e dá outras providências (veto total);

— Projeto de Lei nº 1.680-60 na Câmara e nº 8-65 no Senado, que dá nova redação ao art. 1.º da Lei número 3.275, de 28 de setembro de 1959, que altera o limite de idade para permanência de oficiais dos corpos de saúde e de intendência das Forças Armadas no serviço ativo (veto total);

— Projeto de Lei nº 179-63 no Senado e nº 2.287-64 na Câmara, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico de Administração e dá outras providências (veto parcial);

— Projeto de Lei nº 3-65 (C.N.), que dispõe sobre a assistência financeira do Governo Federal a Estados e Municípios e dá outras providências (veto parcial);

— Projeto de Lei nº 2.874-E-65 na Câmara e nº 145-65 no Senado, que institui o novo Código Florestal (veto parcial).

Para as Comissões Mistas que deverão relatar esses vetos a Presidência designa:

— quanto ao primeiro, os Senhores Senadores:

José Feliciano (PSD), Edmundo Levi (PTB) e Aurélio Viana (BPI);

— quanto ao segundo, os Senhores Senadores:

José Elias (PSD), Mello Braga (PTB) e Lino de Matos (BPI);

— quanto ao terceiro, os Senhores Senadores:

José Guimard (PSD), Pessoa de Queiroz (PTB) e Aarão Steinbruch (BPI);

— quanto ao quarto, os Senhores Senadores:

Sigefredo Pacheco (PSD), Mello Braga (PTB) e Josaphat Marinho (BPI);

— quanto ao quinto, os Senhores Senadores:

Menezes Pimentel (PSD), Oscar Passos (PTB) e Mein de Sa (PL);

— quanto ao sexto, os Senhores Senadores:

Wilson Gonçalves (PSD), Silvestre Péricles (PTB) e Martins Júnior (UDN);

— quanto ao sétimo, os Senhores Senadores:

Moura Paiva (PSD), José Ermirio (PTB) e Julio Leite (BPI);

— quanto ao oitavo, os Senhores Senadores:

José Leite (PSD), Edmundo Levi (PTB) e Josaphat Marinho (BPI).

Para apreciação desses vetos e dos demais que pendem de pronunciamento do Congresso Nacional, esta Presidência convoca sessões conjuntas para os dias 12, 13, 14, 19, 20, 21, 26 e 27 de outubro, 3, 4, 9, 10 e 11 de novembro do ano em curso, de acordo com a discriminação que fará publicar no *Diário do Congresso Nacional*. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE:

(**Guido Mondin**) — Há oradores inscritos. Tem a palavra o nobre Senador Oscar Passos.

O SR. OSCAR PASSOS:

(*Lê o seguinte discurso*) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, a minha qualidade de representante do povo de um Estado, nesta Casa dos Estados, impõe-me o dever, que, de resto, pesa sobre todos nós, de dar assistência às necessidades da minha região e do seu povo, defendê-lo no seio da Federação e esclarecer a opinião pública nacional sobre os problemas que nos afligem.

No momento, entre as questões graves com que nos defrontamos, além daquelas decorrentes dos fatores geo-fisiográficos, que condicionam nossa vida, estão, sem dúvida, em primeiro plano, a da propalada quebra do monopólio da borracha, com as suas funestas consequências e a do desmantelamento da atual administração acreana, que está conduzindo o nosso povo às raias do desespero.

Com relação ao primeiro problema, juntei a minha voz ao coro dos protestos que, de toda parte, estão a proliferar tão esdrúxula solução pois, impedindo o financiamento dos seringueiros, nas bases atuais, acarretará a paralisação total da atividade extrativa da goma elástica na Amazônia e, conseqüentemente, a derrocada da região, como todo o cortejo de problemas, inclusive de ordem social.

Com referência a outra questão, iniciei nesta tribuna o relato sucinto do descalabro do atual Governo do Acre sob o quante do Sr. Edgar Cerqueira da Pedreira, decorrente da sua incompetência e omissão.

Acuso o Governador Cerqueira da Pedreira, de incompetência, porque ele nem sequer se apercebe dos agudos problemas que afligem o povo do Acre.

Assim é no setor da saúde pública, inoperante; da assistência médico-hospitalar, inexistente; da higiene, dos transportes, da educação, da agricultura e pecuária, desmanteladas e entregues a executantes incapazes; da moralidade administrativa, praticada às avessas: da alienação do povo, proibitiva para todos, menos para o Governador etc. etc....

No assunto "alimentação", o Senhor Cerqueira não conhece dificuldades, pois abastece o Palácio, o "meu Palácio", com fartura, abundância, esbanjamento, em um

fornecedor, amigo do peito, que lhe fornece muitos milhões de cruzeiros por mês em gêneros, iguarias e bebidas, à custa dos coíres do Estado.

O aspecto da moralidade administrativa do atual Governo acreano, virada às avessas, servirá de assunto para uma outra comunicação minha a esta Casa.

Na sua cegueira administrativa, agravada pela megalomania, desorientou o que estava feito e paralisou o que estava sendo feito.

A estrada Rio Branco-Xapuri-Brasília, aberta pelo então Governador José Ruy Lino, hoje integrante da bancada trabalhista acreana na Câmara dos Deputados, foi paralisada pelo atual Governador, que nem o salário dos operários que nela trabalhavam, mandou pagar. Presentemente, a mata está retomando os seus domínios e o trabalho feito está se perdendo.

A ponte sobre o rio Acre, destinada a ligar as duas partes em que se divide a Capital do Estado, velha e acalentada aspiração daquele povo, planejada há mais de 10 anos para servir de passagem à estrada Porto Velho-Rio Branco-Cruzeiro do Sul, rumo à fronteira do Peru, foi encomendada e em grande parte paga à Companhia Siderúrgica Nacional, que a projetou e fabricou e a fez transportar para o Acre.

O atual Governador, do alto da sua sapiência, decidiu que a ponte metálica não devia ser construída, mas, sim, uma outra, de concreto armado!!!

Inúmeras peças metálicas dessa obra chegaram a Rio Branco, onde estão atiradas nas praias e nos barrancos. O restante está abandonado, há mais de ano e meio, nas margens do rio Purús, em Boca do Acre e mais abaixo....

Trentas toneladas de ferro, para a concretagem das pilstras da ponte, enferrujaram e apodrecem nas margens do rio Acre, em Rio Branco.

O madeiramento, de dimensões especiais, que se destinava aos caixões estanques, dentro dos quais nasceriam as pilstras, foi doado a entidades sociais e esportivas, para a construção de clubes....

Desvaneceu-se a esperança da população de Rio Branco, de poder utilizar essa ponte, evitando o esforço sobre-humano de descer e subir barrancos de mais de 20 metros de altura!!!

O ex-Governador José Augusto, que o atual detentor do poder derrubou pela coação das armas, adquiriu inúmeros tratores, de que tanto necessita o Acre e os fez transportar para os municípios, onde realizariam trabalhos de cooperação em obras de terraplenagem, abertura de estradas nas zonas suburbanas e rurais etc....

As máquinas chegaram a destino durante o atual Governo, mas nenhuma tarefa lhes foi cometida.

Durante uma das inúmeras viagens recreativas, que o atual Governador realiza ao Rio de Janeiro, o Presidente da Assembleia Legislativa, seu substituto constitucional, assumiu o Governo e assinou convênios com os municípios, para a cessão em cooperação, pelo prazo de 2 anos, dos referidos tratores.

O Governador efetivo, entretanto, regressou do passeio e tornou sem efeito os convênios, imobilizando a maquinaria, como eu próprio verifiquei, cerca de 3 meses depois.

Uma dessas máquinas, em Sena Madureira, para certeza da sua imobilização, foi conservada com sentinela à vista com arma embalada, por ordem do Governador.

O avião adquirido pelo Governo anterior, destinado ao transporte de cargas para a administração acreana e de doentes graves, dos municípios para Rio Branco, serve exclusivamente ao sóba acreano, que gastou mais de 18 milhões de cruzeiros

na decoração interior e na construção de uma cabine privativa, com sofás e poltronas confortáveis, mesa de trabalho etc...

As viagens que este homem tem feito ao Rio de Janeiro, onde dorme, às vezes, apenas 12 horas, são realizadas no que ele chama "o meu avião", gastando em cada uma alguns milhões de cruzeiros, quando podia viajar em empresas comerciais, como todos fazem, gastando 20 vezes menos.

Escoam-se os anos da presente administração do Estado; as verbas são malbaratadas; as dotações anuais, consumidas no 1º semestre; a admissão de servidores sem concurso, selecionados apenas pela escolha pessoal e arbitrária do Governador, para formação da sua clientela eleitoral, é feita às centenas, estourando todas as dotações a isto destinadas.

A incapacidade administrativa desse homem, que o impede de ver e sentir os problemas do Estado, leva-o a procurar encher a sua ociosidade, seja em viagens recreativas ao Rio ou aos municípios, onde apenas almoça e regressa, seja descendo da sua alta função, alta e importante, para ir à Guarda Territorial, todas as manhãs, envergando o uniforme de oficial do Exército, dar instrução de ordem unida aos soldados, trabalho muito nobre para os profissionais — e eu, nos meus tempos de Tenente, fui exímio nessa instrução — mas muito mesquinho para quem devia sentir a alta responsabilidade do seu cargo e o peso dos graves problemas do Estado, que devia vergar-lhe os ombros...

Acuso o Governador Cerqueira de Pedreira de omissão deliberada e criminosa, porque não cuidou de assistir aos municípios, fornecendo-lhes, pelo menos, os médicos indispensáveis ao atendimento da população.

Acuso-o porque paralisou o trabalho dos tratantes, que o administrador anterior, ciente da sua responsabilidade e voltado para o desenvolvimento dos municípios do interior, lhes havia destinado.

Acuso-o porque arranca desses municípios dezenas de milhões por ano, em impostos escorchantes, sem a contrapartida do mais insignificante auxílio ao serviço prestado.

Acuso-o porque paralisa e desorganiza os serviços municipais, pela indebita ingerência nos seus negócios peculiares, seja sonegando ou retardando a entrega de auxílios orçamentários federais, seja paralisando, à mão armada, as repartições municipais, como acaba de acontecer em Taruaçu, seja intervindo diretamente nos assuntos privativos dos municípios, através de "delegados especiais de obras", nomeados com o objetivo de constituir, verdadeiros super-prefeitos, figura inconstitucional e inexistente nos quadros da administração estadual, tudo isto ocorrendo numa terra atenten bem, Senhores Senadores — onde não há nenhum Juiz concursado, depois de quase 2 anos da administração atual e onde o Tribunal de Justiça ainda funciona com 3 dos 5 desembargadores que devia ter!!!

Tudo isto ocorre, Sr. Presidente e Senhores Senadores, porque o atual Governador, tendo-se lançado candidato a Senador no próximo ano, numa terra que ele não conhecia nem no mapa, onde não tem vitória e à qual não serve, mas da qual se serve, quer compeli os Prefeitos de todos os municípios, seus adversários políticos, a apoiarem sua paranóica pretensão, intimidando-os com o "dá ou desce".

Tenta recitar o golpe com que conseguiu de mão beijada, o Governo do Acre. Tenta ir além; chegar a este Augusto Senado.

Engana-se, porém, o louco Governador, porque aqueles Prefeitos, tendo bem presentes as suas responsa-

bilidades e a fidelidade partidária... não dão... nem descem.

Eis o homem, Senhores Senadores, que governa o Estado, para desgraça dos acreanos.

Estas, Sr. Presidente, são mais algumas das causas que deram origem ao movimento separatista do Juruá e nos fazem sentir a razão que assiste aos que pleiteiam a transformação do Juruá em Território Federal, com o que pretendem livrar-se do isolamento e da discriminação odiosa, a que os submete o atual Governador.

Dou pessoalmente a minha solidariedade aos bravos acreanos do Juruá, nesta manifestação de inconformismo com a estagnação a que estão submetidos e com o isolamento que sofrem.

Entendo, Sr. Presidente, que a construção imediata, em ritmo acelerado, da estrada de Porto Velho a Rio Branco e Cruzeiro do Sul e a ação benéfica, humanitária, equilibrada e construtiva de um Governador capaz, à altura do cargo e da tarefa imponente que há a realizar no meu Estado, amainarão, sem dúvida, o movimento separatista atual, tirando-lhe a grande razão, que hoje o ampara.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. OSCAR PASSOS — Com grande prazer.

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa., ultimamente, vem desdobrando uma enciclopédia interminável de críticas ao Governador do jovem Estado do Acre, no bom sentido, o fedelho da Federação. Perguntaria se esses atos ilícitos, objetos das denúncias de V. Exa., já foram encaminhados, através de queixas ou representações, ao Egrégio Tribunal de Justiça daquela unidade da Federação. Confesso que, com relação ao setentrional brasileiro, ando um pouco assustado. Anteontem era o eminente Senador Edmundo Levi que colocava numa hospitalização psiquiátrica o Governador do seu Estado. Agora, V. Exa. diz que o Governador do Acre é louco.

O SR. OSCAR PASSOS — É um paranóico.

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. parece que usou a expressão "louco".

O SR. OSCAR PASSOS — Exato.

O Sr. Eurico Rezende — De modo que não sei o que faz o Ministério da Saúde...

O SR. OSCAR PASSOS — No Acre não faz nada.

O Sr. Eurico Rezende — ... que não toina uma providência. Se os dois governadores são realmente loucos e, sendo loucos, são desarmados, e sendo desarmados são incompatíveis com a ordem jurídica, ou então V. Exa. e o Senador Edmundo Levi são autores da calúnia, da injúria e da difamação. De modo que alguém tem de ser processado: ou o Governador ou os Senadores. A impunidade, neste caso, como dizia Fyú Balboa, seria um crime.

O SR. OSCAR PASSOS — Posso responder a V. Exa. que esses atos ilegais praticados pelo Governador configuram, em grande número de casos, sem dúvida alguma, os crimes previstos na lei de responsabilidades.

Todos esses casos, tudo quanto alegado aqui — e muito mais há que alegar, apenas não desejo tomar o tempo de Senado e, mais ainda, não posso, em mãos, a documentação que existe entretanto — tudo isto está catalogado em denúncia já formalizada. Não podemos apresentá-la, como disse — talvez V. Exa. não estivesse presente — porque no Tribunal de Justiça, naquela Unidade da Federação, os cinco membros que possui, apenas três desembargadores estão em exercício. Portanto, não podemos le-

var avante o processo por crime de responsabilidade.

O Sr. Eurico Rezende — Mas não há substitutos?

O SR. OSCAR PASSOS — Tivemos a idéia de comunicar isso ao Sr. Presidente da República e um memorial com muita documentação, foi encaminhado ao Serviço Nacional de Informações. Dêsse modo, nobre Senador, o Governo conhece de sobre o que se passa no nosso Estado e, lamentavelmente, estamos impossibilitados de tomar qualquer atitude em defesa do Acre.

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. há de me permitir a complementação do meu aparte.

O SR. OSCAR PASSOS — Perfeitamente.

O Sr. Eurico Rezende — Nesta complementação do meu aparte, quero confessar-me em estado de perplexidade. V. Exa. colocou, na conduta do Governador, desatino e ilicitude, vale dizer, os lábios de V. Exa. acusam, mas, se diante da acusação, procurarmos recriar, no restante da bancada acreana, nesta Casa, outras opiniões, vamos encontrar, dos lábios do Senador José Guimard, a defesa.

O SR. OSCAR PASSOS — V. Exa. deve confessar que a defesa não é muito veemente!

O Sr. Eurico Rezende — De modo que, como tenho V. Exa. em boa conta, em excelente conta...

O SR. OSCAR PASSOS — Muito grato a V. Exa.

O Sr. Eurico Rezende — ... e o Senador José Guimard, igualmente, em boa conta, em excelente conta, não sei como vamos estabelecer a opinião, pelo menos, média. Dai eu achar que a situação deve ser esclarecida ou contra o Governador ou contra V. Exa.

O SR. OSCAR PASSOS — Perfeitamente. E eu me submeto a tal conselho, com todas as suas consequências, inclusive a perda do meu mandato, pelas minhas acusações.

O Sr. Eurico Rezende — A dívida e que não pode pagar, diante da opinião pública, como o vagabundo do poeta.

O SR. OSCAR PASSOS — Quem puder que a pague. Nós não temos poder para fazer isso. Não podemos sequer levar avante o processo por crime de responsabilidade.

O Sr. Edmundo Levi — Permite-me V. Exa. um aparte? (Assentimento do orador) — Nobre Senador, apenas ouvi com toda atenção, como sempre o faço, o discurso de V. Exa., que se referia, eminentemente, ao assunto regional, ao seu Estado. Entretanto, o nobre Senador Eurico Rezende, ao criticar as alternativas de V. Exa., trouxe à tona o meu nome. O Senador Eurico Rezende argumenta como se estivéssemos em tempos normais, em que na respeito e acatamento às decisões judiciais e às autoridades locais. Quanto ao Amazonas, seria perfeitamente legítimo qualquer procedimento judicial contra o Governador do Estado. Todo mundo sabe, o Brasil todo sabe das estrepitosas que o Governador andou fazendo, cercado a Assembleia, cercando o Tribunal, demitindo Juizes, e finalmente, cometendo uma série de absurdos, unicamente porque os eminentes deputados, como os ilustres juizes que sofreram penalidades, não se acovardaram nem se submeteram às suas imposições. Nenhuma providência foi tomada, por mais que gritássemos, por mais que apelássemos. Os jornais que poderíamos verbar as monstruosidades e erronias do Sr. Governador foram fechados. Apelamos para o Governo da República para o Senhor Ministro da Justiça. E mais, houve uma impetração de mandado de

segurança, mas, até hoje, não foi decido. De sorte que as pretensões de medidas judiciais, ou melhor, normais, na época atual, no seu e no meu Estado, só podem ocorrer mesmo a mente do ilustre Senador Eurico Rezende, porque, distante daqueles locais, aqui, sob a bênção do Espírito Santo, não sofre das perseguições e dos acessos de fúria que, constantemente acometem os governadores dos nossos dois Estados.

O SR. OSCAR PASSOS — Realmente, Sr. Senador Edmundo Levi, tem V. Exa. toda razão. E' de assustar, neste momento, que o eminente Senador Eurico Rezende e outros colegas vivem no mundo de cá, nos vivemos no mundo de lá, da Amazônia.

Concedo o aparte ao nobre Senador José Guimard.

O Sr. José Guimard — Nobre Senador Oscar Passos, eu estava aguardando que V. Exa. concluísse mais uma de suas caulinarias...

O SR. OSCAR PASSOS — Muito grato pela sua consideração.

O Sr. José Guimard — ... para de acordo com minhas possibilidades, baseado em documentos e com as informações que V. Exa. trouxe de lá, responder a V. Exa. Mas, permita-me V. Exa. que eu, não só aceite, como responda a convocação do Senador Eurico Rezende, curta e sinteticamente.

O SR. OSCAR PASSOS — Não não.

O Sr. José Guimard — O que se passa, Sr. Senador Eurico Rezende, com os correligionários do nobre Senador Oscar Passos — eu me refiro somente ao Acre, porquanto a região que conlêgo, não quero tratar dos assuntos do Amazonas, tão bem representado pelo nobre Senador Edmundo Levi — e quase tudo que o nobre Senador Oscar Passos afirma, diz respeito a uma coisa muito simples: saúde do poder, saúde do mandato...

O Sr. Eurico Rezende — Que meu gosto!

O Sr. José Guimard — ... lembrança das nomeações a granel, lembrança da compra desse avião tão maltratado, que agora vou para lá e para cá, feno por seus parafusos. Os problemas que temos no Acre, realmente, são muitos, mas ele não é menor nem pior, maior nem menor do que os outros Estados. Todos os que representam a população interiorana, sabemos de suas necessidades. Ocorre, nobre Senador Eurico Rezende, que o nobre Senador Oscar Passos e eu, que no momento fala a e Augusto Pienari, fomos Governadores do antigo Território do Acre e não conseguimos — era humano, tinha que ser assim, fosse quem fosse o Governador — solucionar os problemas que S. Exa. quer que o atual Governo do Estado resolva em três ou três anos em instantaneamente, isto que S. Exa. esta dizendo, resumo-se numa simples frase: saúde do poder.

O SR. OSCAR PASSOS — Concordo com V. Exa. Temos, realmente, muita saúde do poder, mas não para usar o poder, para abusar do poder, como está fazendo, no momento, o Governador que V. Exa., nobre Senador José Guimard, e o meu Partido apoiam. Temos saúde do poder e, por este motivo, estamos lutando para tomar o poder, e o faremos com todas as forças, como sempre fizemos, para mais uma vez vencer as eleições. Temos saúde do poder não para desfrutá-lo como faz o seu Governador, mas para atender ao povo, como sempre fizemos, para mandar para os Municípios esses tra-

oportunidade, quando tentarei demonstrar que o despachante aduaneiro do Brasil não pode ser marginalizado nas suas atribuições e direitos sob a alegação de impropriedade da lei, quando esta, no tempo e no espaço, já consagrou essas atribuições e direitos, tornando-os irreversíveis, proclamando e desferindo-lhe, em consequência o princípio legal, constitucional, do direito adquirido. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Guilherme Mondim) Tem a palavra o nobre Senador José Guimard.

O SR. JOSÉ GUIMARD:

(Não foi revisto pelo orador) Senhor Presidente e Srs. Senadores, há pouco, num aparte que tive a honra de dar ao Senador Oscar Passos, comprometi-me a oferecer resposta às suas considerações, às suas informações sobre o Estado do Acre e sua administração.

Não é do meu feitio, Sr. Presidente, responder sobre assunto desta natureza assim, como se diz em linguagem popular, em cima da tampa. Reservo-me para depois da publicação do discurso de S. Exa., como o fiz anteriormente, quando de sua última cadeira. Aguardo, igualmente, a publicação dos seus documentos, para dar-lhe uma resposta compatível com a gravidade que S. Exa. atribui às suas denúncias.

Enquanto isto, Sr. Presidente, vou prosseguir no que já venho fazendo, isto é, examinando o problema da reforma do Poder Legislativo.

(Lendo) Logo depois que se tornou mandante a reforma dos Três Poderes, e mais especialmente a do Legislativo, apareceram rudes ataques ao Senado da República. Parecia que a melhor reforma era: — acabar com o Senado! Nos simposios e nos seminários — assim se chamavam agora cadencionalmente essas reuniões de sabor turístico — nos ditos simposios e nos jornais, o Senado foi castigado em piedade. Pelo que sabemos, somente os senadores Artur Virgílio e Joaquim Parente, defenderam o Senado, mas não aqui dentro, onde, parece, já não há quase ressonância nem para o que se diz, nem para o que se faz...

Os nobres colegas, pelos jornais, efundam algumas alegações através de entrevistas rápidas, de poucas linhas... Voltando ao assunto em nossa Casa, começaremos dizendo que, Sr. Presidente, Srs. Senadores, iniciado o debate, duas vezes ilustres da Câmara dos Deputados se fizeram ouvir: a do Sr. Vieira de Mello e a do Sr. José Bonifácio — o primeiro com as responsabilidades de antigo líder e ministro e de grande jurista; o segundo com as de ex-Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados, cargo que exerceu durante muitos anos e a brilhante jurista também.

Um e outro se declararam partidários da unicameralidade.

O meu velho amigo e corregedor-artista, Vieira de Mello, a cuja inteligência e luzes rendemos homenagem, foi veemente em sua crítica ao Senado, que considera desnecessário, fazendo ser uma Casa submissa à vontade do Executivo, a ele não oferecendo resistência eficaz.

Põe em confronto, com a tranquilidade em que se processa o debate as matérias no Senado, a veemência com que se conduz na Câmara.

Há, no caso, uma profunda injustiça que não fica bem à inteligência aguçada de Sua Excelência. O Senado não é Casa submissa a ninguém. Tanto não é que projetos originários do Executivo e que passaram na Câmara apesar daquela veemência, foram tranquilamente rejeitados pelo Senado.

Ainda bem recentemente um projeto desses, que de S. Exa. recebera o parecer contrário, em virtude de con-

ter delegação de poderes ao Executivo para regular matéria dependente de lei, teve a aprovação da Câmara e, no Senado, foi unanimemente rejeitado, por inconstitucionalidade.

O que há, no Senado, e que os Senadores na elaboração das leis, põem nessa tarefa menos competições partidárias, vendo apenas os altos interesses do País. O que a S. Exa. parece defeito, é virtude que deve ser louvada e apontada à admiração do povo.

Ainda no tocante à questão da unicameralidade ou da bicameralidade vale localizar, para análise, alguns dos argumentos enunciados pelo Deputado José Bonifácio em favor da primeira.

Acha S. Exa. que, provindo ambas as Casas do voto popular direto, não há razão para a dualidade.

É bom lembrar que, embora provindas do voto popular direto, uma é eleita pelo voto proporcional e outra pelo voto majoritário. Assim, se uma há de ser considerada mais autêntica, essa será, inquestionavelmente, o Senado, composto de delegações de maior número de votantes, nos Estados respectivamente. O voto proporcional, através das suplências, tem conduzido a Câmara dos Deputados cidadão com insignificante melhor daria com o ditado número de sufrágios...

Crítica o Sr. José Bonifácio o conceito de que a Câmara seja a Casa da representação popular e o Senado a dos Estados, pelo mesmo argumento de que a eleição, para ambas, é popular e direta. Mas deixou de ser dito que na Câmara, as bancadas estaduais são desiguais, sendo eleito um Deputado por cento e cinquenta mil habitantes, até o total de vinte e, além desse limite, um, para cada duzentos e cinquenta mil, não podendo o número mínimo por Estado ser inferior a sete; ao passo que no Senado são três Senadores para cada Estado. Dessarte, as bancadas estaduais, todas iguais, têm muito maior expressão de representações dos Estados e da Federação, não se fazendo sentir o peso do número de componentes nem o prestígio dos Estados mais poderosos.

Também o Sr. José Bonifácio não vê motivo para a existência de uma câmara revisora das Leis elaboradas pela outra. Acha que, como as emendas da Casa revisora são apreciadas pela Casa iniciadora, cabendo a esta a última palavra em cada caso, a revisão pode ser feita pela própria Casa autora, em momento e condições especiais, que ao Regimento caberia indicar. Não há, pois, para S. Exa. necessidade de duas Casas.

Nesse ponto cabe, inicialmente, uma observação. Os que conhecem o funcionamento das duas Casas não se sentem que o ambiente da Câmara aos Deputados com a vivacidade, por vezes tumultuária, dos seus debates, em que o fato político tem sempre maior destaque, não é o mais propício para a tarefa legislativa. A Câmara é, por excelência, a Casa política. Isso foi sempre assumido e se tem acentuado à medida que aumenta o número de componentes da Câmara.

Como, pois, deixar a própria Câmara, a revisão de seus projetos?

Para os admiradores incondicionais dos Estados Unidos transcrevamos apenas um tópico de Charles Zinn definitiva autoridade no assunto, e cujo trabalho "Como se Fazem as Leis Norte-Americanas" anda fartamente distribuído por aí: — "O fato de uma proposta não poder transformar-se em lei sem passar por ambas as Casas do Congresso constitui elevada virtude, ao invés de defeito do sistema parlamentar".

É verdade que o ambiente político da Câmara frequentemente leva essa Casa a rejeitar as emendas do Senado. Aqui cabe um reparo: seria aconselhável que, ou as emendas de uma Casa não fossem à outra, ou

que para rejeitá-las fosse exigido quorum qualificado (maioria absoluta, ou dois terços), ou, ainda, que elas voltassem à Câmara de origem se lhes fosse desfavorável o voto da Câmara revisora. Ganhará muito a qualidade da obra legislativa.

O Sr. Edmundo Levi — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. JOSÉ GUIMARD — Com prazer.

O Sr. Edmundo Levi — Estou ouvindo, com todo o interesse, os comentários que V. Exa. está fazendo as argumentações expandidas pelos nobres Deputados Vieira de Mello e José Bonifácio. Não me parece, todavia, que essa argumentação honra a cultura e a inteligência de tão eminentes vultos da política nacional.

Parece que desconhecem esta a função histórica do Senado. Acusam o Senado de tranquilidade, de serem votadas as proposições num ambiente de calma, enquanto que a Câmara as vota agitadoamente. É justamente isso que consiste a maior virtude do Senado, porque esta Casa não desapassionadamente. Os professores de Direito Constitucional geralmente usam uma figura para mostrar a função das duas Casas do Congresso Nacional. Dizem eles que a Câmara funciona como uma lucara em que vem o café ainda quente, e que o Senado seria o pires, onde o café esfria para poder ser degustado. Os projetos sofrem, no Senado, uma revisão desapassionada; poda o que existe de excesso, fazendo assim que as leis representem, realmente, elementos de promoção do bem-estar nacional. As argumentações expandidas por aqueles dois nobres representantes na Câmara dos Deputados, tentando demonstrar a desnecessidade da existência das duas Casas, não merecem consideração. Penso até que V. Exa. está incorrendo num excesso de zelo em responder a tais argumentos porque eles, por si, se destroem.

O SR. JOSÉ GUIMARD — Obrigado a V. Exa. O seu aparte traz ao meu discurso argumentação de gente do ramo.

(Retomando a leitura.)

Toma o Sr. José Bonifácio como argumentos confirmatórios do seu ponto de vista favorável a unicameralidade do Congresso as circunstâncias de já funcionarem no mesmo palácio as duas Casas com sistema de iluminação, água e esgoto, o que nada prova.

E não se passam tão bem assim as coisas, tanto que o Senado já se viu na necessidade de separar completamente o seu sistema elétrico do da Câmara e, quanto à água, o que existe em comum se resume a umas poucas reservatórios, assunto em que, aliás, a prática tem demonstrado ser mais aconselhável a separação, o mesmo ocorrendo com a refrigeração.

Recorre também o ilustre opinante à experiência do trabalho em comum feito pelas duas Casas, após o Ato Institucional, para o estudo e a votação de certas leis propostas pelo Executivo. Ainda aí a observação não é feliz. A experiência só tem a seu favor, e isto é indiscutível, a maior rapidez da elaboração das leis. Quanto às condições em que elas são votadas, mesmo votando cada Casa separadamente, a inovação nada tem de brilhante. Muitos defeitos das leis assim votadas seriam evitados se cada Casa trabalhasse separadamente, no seu âmbito próprio. Haveria mais tranquilidade, principalmente para a apreciação das emendas.

Nesse ponto os que têm participado dos trabalhos ou a eles assistido, devem ficar estupefatos ante os sacrifícios da Mesa — a Mesa do Senado — para dirigi-los naquela agitação, dirilindo melhor, naquela confusão, em que não são raros os incidentes.

No que diz respeito ao papel fiscalizador do Congresso, parece ao Se-

nhor José Bonifácio que deva ser re-examinado, para se incluir na fiscalização, além dos Ministérios, os órgãos de administração descentralizada.

Lembra que o Congresso Nacional, na sua ação fiscalizadora, desconhece completamente a conduta dessas organizações financeiras. Também, para S. Exa., o controle do Congresso deverá exercer-se sobre a política do governo, nela incluindo o nosso comportamento internacional, os investimentos internos, os rumos financeiros e tudo o mais.

Aqui, Sr. Presidente, detenho-me na leitura para acrescentar uma espécie de contra-resposta ao aparte do meu eminente colega, Senador Edmundo Levi.

O que estou fazendo não é bem a defesa do Senado com relação a que foi dito na Câmara dos Deputados. Quero ressaltar que aquelas críticas têm fundamento e quero fazer com que elas tenham ressonância. Não sou daqueles que recorro a idéias de reformas, mas aproveitando aquilo que é bom e deixando de lado esta obsessão que se apodera do País de tudo se quiser reformas, a qualquer hora, a qualquer preço, de qualquer maneira. (Le)

Nesse ponto, o ilustre e experientado representante mineiro tem inteira razão. É, porém, oportuno registrar que esse controle embora precário já existe, através da crítica parlamentar, dos requerimentos de informações e das Comissões Parlamentares de Inquérito.

Valeria, porém, regular melhor a matéria, estabelecendo, entre os pedidos de informações e as Comissões Parlamentares de Inquérito um sistema mais atuante, sem o caráter de escândalo que, em certas eventualidades domina a atuação dessas Comissões, que melhor se chamariam Comissões Parlamentares de Investigação.

Em verdade, a maneira de controle ou de acompanhamento dos problemas do Congresso com relação ao Poder Executivo esta por merecer um reexame; porquanto, o que existe não satisfaz. Faz pouco tempo, enviei requerimento de informações a ser respondido pelo Sr. Ministro da Fazenda, já em governos anteriores.

A demora foi tamanha que, quando o requerimento voltou a esta Casa, já não havia oportunidade nem significação tratar do assunto. Este em verdade, um dos pontos que precisam ser reexaminados.

(Lendo) A nossa política externa, que já sofre as influências do legislativo, através do pronunciamento do Senado sobre os nomes escolhidos para a chefia das missões diplomáticas de caráter permanente, deveria ter esse controle ampliado, dando-se ao Senado atribuição de votar a destituição dos titulares dessas missões e de nomear realitor correto. Essa poderia ser até própria, como se faz na América, e onde a própria vida particular dos futuros embaixadores da República é objeto de severo exame, dos membros da Comissão de Relações Exteriores do Senado.

Retrata o Sr. José Bonifácio em cores vivas o que se passa na elaboração legislativa: a corrida geral no sentido da designação para as Comissões, os inconvenientes do grande número dos componentes de muitas delas, as dificuldades que se oferecem à realização do quorum, para as votações, etc.

A situação deve ser verdadeira, mas a descrição diz respeito à Câmara. No Senado os problemas também existem, embora um pouco diferentes.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Vossa Excelência dá licença para uma aparte?

O SR. JOSÉ GUIOMARD — Com muito prazer, nobre Senador Aloysio de Carvalho.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Vossa Excelência tocou num dos pontos mais vulneráveis da atuação do Senado. Todas as atribuições específicas do Senado, ele não as cumpre. O Governo, por exemplo, envia mensagem indicando membro do Conselho Nacional de Economia com fundamentação errada, o Senado não faz a menor objeção e a aprova. Ainda não vi proceder de outra forma.

O SR. JOSÉ GUIOMARD — Aprova sistematicamente.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Nenhuma das atribuições que epoderamos dizer específicas do Senado ele as cumpre satisfatoriamente. Essa é uma verdade.

O SR. JOSÉ GUIOMARD — Obrigado a V. Exa.

(Lendo) Tratando-se de males da Câmara, ninguém mais autorizado do que o lúcido e dinâmico parlamentar que foi o Primeiro Secretário daquela Casa, para apontar-lhes as soluções.

A impressão que nos dá a sua exposição, entretanto, é a de que ali continua faltando um órgão de assessoria das Comissões, constituído de especialistas nos vários ramos em que se divide a tarefa legislativa, para dar assistência aos relatores e aos Deputados em geral, no estudo das matérias, tal como já mencionamos. Não para fazer pareceres favoráveis ou contrários, conforme a encomenda, mas para elaborar estudos reais, capazes de conduzir às conclusões acertadas. Não uma assessoria de figuras, nem de rapazes inexperientes, sem o devido amadurecimento, mas uma assessoria de elementos com real preparo, revendo em trabalhos anteriores.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Permite V. Exa. outro aparte?

O SR. JOSÉ GUIOMARD — Fois não, com prazer.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Ontem, na conferência do Deputado e Professor italiano Giuseppe Bettiol no simpósio da Universidade para a reforma do Congresso, houve uma pergunta a S. Exa. sobre como funcionam as assessorias no Congresso da Itália. Surpreso, respondeu que já não existem assessorias para os Deputados e Senadores. Há uma comissão que examina os projetos, os problemas, todas as pesquisas e cada partido ou bancada tem o seu grupo de assessoramento, mas fora do Congresso. O Senado não paga assessores para Deputados ou Senadores. Aquí, quando se fala nesta reforma, insiste-se num ponto — multiplicar os assessores, dar a cada Senador ou cada Deputado, um assessor. Ora, a Itália, como o conferencista frisou, tem 600 Deputados. Imaginemos 600 assessores pagos pelo Estado!

O Sr. Oscar Passos — Com é feito o estudo dos projetos na Itália? Poderia V. Exa. repetir?

O Sr. Aloysio de Carvalho — As Bancadas e os Partidos têm os grupos que estudam determinadas matérias.

O Sr. Oscar Passos — Grupos de que? De técnicos?

O Sr. Aloysio de Carvalho — Grupos de elementos dos Partidos. Através deles, todos os informes são obtidos. Não há a figura de assessor compondo o quadro burocrático do Congresso.

O Sr. Oscar Passos — A semelhança do que fazemos aqui nas Comissões Técnicas?

O Sr. Aloysio de Carvalho — Não, as Comissões são para dar parecer. Cada Deputado ou Senador faz a sua

pesquisa, como entende melhor. As Comissões não precisam de assessoria, nem cada Deputado ou Senador. O sistema da América do Norte é diferente. Lá há o assessor, pago pelo Estado e até escolhido pelo Membro do Congresso. Mas o que estou sentindo, na nossa reforma do Congresso, é que vamos multiplicar os assessores. Aliás, não combinado com o pronunciamento do Senador José Guiomard relativamente aos assessores da Casa. Estes, de regra, são competentes, fazem a pesquisa muito bem. Estudam a matéria e muitas vezes oferecem os elementos para um parecer — diríamos — contrário ao projeto e recebem instrução para que o parecer seja favorável.

O SR. JOSÉ GUIOMARD — Nobre Senador Aloysio de Carvalho, faça-me V. Exa. justiça. Não sou talvez expressar-me como queria. Não fiz acuação nem crítica à assessoria da Casa. Falo em tese, com relação ao Congresso, ao Poder Legislativo. Quando à Câmara dos Deputados, aquela Casa sequer assessoria tem.

Voltando ao aparte de V. Exa., Senador Aloysio de Carvalho, sobre a maneira como se processa o estudo dos projetos na Itália — se entendi bem — parece-me que se V. Exa. se referiu a uma comissão de deputados ou de senadores, a uma comissão mista, que faz, afinal de contas, uma triagem, um assessoramento.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Não é como estamos imaginando, cada comissão com seu assessor ou a Casa com o corpo de assessores!

O SR. JOSÉ GUIOMARD — Mas existe uma comissão de informação.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Uma comissão que dá todos os informes requeridos pelo senador ou pelo deputado.

O SR. JOSÉ GUIOMARD — Uma comissão de deputados e de senadores?

O Sr. Aloysio de Carvalho — Não. Uma comissão de funcionários. Não é grupo de assessores, como imaginamos criar no Senado e na Câmara dos Deputados. Todas as informações para ação, e atuação parlamentar do deputado ou do senador são fornecidas pela bancada ou pelo partido. Cada bancada tem seu grupo de técnicos para orientar as votações. A Conferência do Professor Giuseppe Bettiol foi muito interessante. Ele afirmou que, desse número de deputados italianos, talvez apenas cem realmente trabalhem e, desses cem, talvez apenas sessenta votem sabendo o que estão votando.

O SR. JOSÉ GUIOMARD — Creio que o caso pode ser transplantado para qualquer país, que continuaria sendo mais ou menos verdadeiro. (Lendo)

A propósito do que possa acontecer quando os relatores não apresentem os seus pareceres no tempo devido, é de se lembrar que os Regimentos de ambas as Casas já prevêm a hipotese e os remédios de que não se utiliza... convenientemente!

O Sr. Aloysio de Carvalho — Permite V. Exa. outro aparte?

O SR. JOSÉ GUIOMARD — Com prazer. V. Exa. poderá me apartear quantas vezes quiser. Isto muito me honra.

O Sr. Aloysio de Carvalho — A respeito da assessoria: veio da Câmara para o Senado um projeto permitindo que se abrisse uma exceção provisória, temporária, à proibição do Código Civil de os países estrangeiros terem propriedade imóveis no Brasil, salvo as embaixadas, para sede. Era o caso das embaixadas em Brasília, que alegavam a impossibilidade de trazer para aqui a sede de seus serviços, porque não tinham mo-

radias para os funcionários e não podiam adquirir imóvel para essas moradias, porque o Código Civil não o permitia. O assunto foi estudado plenamente pelo Itamarati. O Professor Haroldo Valadão deu parecer afirmando que devia ser suspensa a execução do dispositivo do Código Civil em relação a Brasília, para efeito, exatamente, da consolidação da nova Capital. O Governo mandou mensagem, a Câmara a aprovou, veio para o Senado. Um Senador deu parecer verbal a favor de uma emenda que frustrava completamente o objetivo do projeto, desrespeitava completamente o objetivo do projeto. Ainda houve tempo de confirmar-se a rejeição. No dia seguinte, o Diário do Congresso publicava o parecer como contrário à emenda.

O SR. JOSÉ GUIOMARD — Muito grato pelo aparte de V. Exa. (Lendo)

E' aplicar essas remédios, tarefa da alçada principalmente das Mesas e das lideranças.

A redação dos projetos suscita ao Sr. José Bonifácio candente crítica. Para S. Exa. a Comissão de Redação deve ser extinta. Esse trabalho de redigir bem e conforme a boa gramática, não pode fugir à área dos especialistas. Por isso, juristas e gramáticos ficarão incumbidos da redação final do projeto, a fim de que o Diário Oficial não exiba, nas suas publicações, como leis, verdadeiras mostrangas saídas do Congresso. O reparo é procedente; Mas, no Senado, a redação final é objeto de cuidado. Nem sempre, porém, a pressa com que se reclama a ultimização do curso das proposições permite que os projetos que não recebem emendas do Senado passem pelo crivo da Comissão de Redação. Sempre que possível isso se faz e inúmeros defeitos são retirados dos textos. Foi a informação que colhemos, em boa fonte.

A Comissão de Redação deve possuir assessoria própria, especializada.

Esse, parece, o caminho certo. Em vez de extinguir a Comissão, cumprir dar-lhe meios de trabalhar com eficiência e tempo para realizar a sua tarefa com o devido cuidado, não se lhe exigindo redações imediatas de texto extensos e difíceis. E' preciso dar ao trabalho da Comissão de Redação a dignidade de uma das fases mais importantes da elaboração da lei, não a reduzindo ao simples trabalho de cortar e colar...

Ao invés de matar o doente, é melhor curá-lo.

O problema da redação de leis não é só de gramática. E', também de técnica legislativa.

Os gramáticos e os professores de português usam linguagem muito esdrúxula, mas nem sempre a mais adequada ao caso.

Refere-se o Sr. José Bonifácio à conveniência de haver um ou mais recessos além do de fim de ano.

A medida é aconselhável, devendo-se, porém, tem em conta certos períodos — como os do Carnaval, da Semana Santa e da proximidade das eleições — para evitar recessos desastrosos. Também é oportuno lembrar que nos dias que antecedem o recesso já começa a faltar número para as votações e nos que a ele se segue igual escassez se observa.

Entre as medidas capazes de beneficiar os trabalhos do Plenário alinha o Sr. José Bonifácio a abertura de prazo para apresentação de emendas antes de ser a matéria posta em Ordem do Dia, na qual ela só figuraria para votação. A medida é interessante, mas oferece o seguinte aspecto: do debate muitas vezes é que decorre a formulação de emendas para sanar vícios de projeto, que, sem essa válvula de segurança, sairia com as imperfeições apontadas.

Talvez o que se deva fazer é suprimir a discussão das matérias com parecer favorável, salvo se o Congressista quiser combatê-las, abrin-

do-se, nesse caso, possibilidade aos relatores, ou aos autores, de defendê-las.

Na França e creio que em outros países com resíduos totalitários, existe a possibilidade da supressão do debate, mediante requerimento. Assim era na Argentina de Peron...

Também seria de grande utilidade impedir que na discussão de matérias da Ordem do Dia se usasse da palavra — ou antes se abusasse dela — para tratar de outros assuntos. É mal que frequentemente se observa na Câmara e até mesmo no Senado.

A propósito das intervenções dos líderes, focaliza o Sr. José Bonifácio a necessidade de se reformularem as prerrogativas das lideranças.

E' oportuna a observação. E, sobretudo, que na mesma sessão só um líder de cada representação possa atuar — o titular quando presente, ou o vice-líder por ele indicado à Mesa para se manifestar em nome do Partido ou do Bloco. Na ausência do líder, um dos vice-líderes, de acordo com escala previamente estabelecida. Assim se evitaria o que se tem visto nas sessões do Congresso, de atuarem na mesma ocasião vários vice-líderes do mesmo Partido, requerendo medidas contraditórias...

Poder-se-ia também restringir as bancadas a apresentação de emendas, mas a medida é difícil; para isso seria mister, preliminarmente, instituir nelas o espírito de unidade e de disciplina, que lhes está faltando. Ter-se-ia, talvez, que reformar os homens...

A propósito da reformulação das prerrogativas das lideranças é interessante frisar o que há de curioso em que uma liderança delegue poder a um de seus liderados para pronunciamento em seu nome e, da tribuna, se sirva ele para atacar duramente autoridades solidárias com a política seguida pelo Partido e filiadas a esse mesmo Partido. Dir-se-á que é matéria da economia da bancada, mas não deixa de ser mau uso das prerrogativas da liderança.

A tribuna parlamentar não devia servir nem para conferências acadêmicas, nem para descomposturas em adversários distantes, nem para pronunciamentos apenas de interesse pessoal, nem para recados para os municípios, ou registro sociais, que melhor ficariam nos semanários ou mensários que se lêem na loja do boticário.

Diz-se que há necessidade de enfrentar corajosamente o problema da reforma do Congresso. Quem terá coragem de acabar com aquelas práticas absurdas e perniciosas, quando não ridículas?

Entre as reformas do Legislativo, salienta o Sr. José Bonifácio a administrativa, para a qual, na Câmara, já se recorreu a duas entidades estranhas.

Sempre o veso de procurar fora, entre os que não têm a vivência das Casas, soluções para os males destas...

No campo da reforma administrativa tem-se abordado a unificação dos serviços de Câmara e Senado.

Há que, primeiro, resolver o problema da existência de uma só ou de duas Casas.

Na primeira hipótese, o problema é simples, consistindo em fundir serviços. Na segunda, porém, há dificuldades de monta. A experiência tem mostrado os inconvenientes da dupla jurisdição. Havendo dois comandos, nenhum deles é eficaz. Os comandados não sabem a quem obedecer...

Se recorremos à experiência do que se passa no estrangeiro para solução, aqui, de problemas diferentes, por que

desprezar essa experiência no que diz respeito a problemas iguais?

Em todos os Parlaentos constituidos de duas Casas funcionando no mesmo prédio, cada qual tem seus órgãos auxiliares próprios. Tã a informação que obtivemos.

Essas as observações que nos sugerem os pronunciamentos já divulgados sobre a relevantíssima questão.

Outras muitas poderiam ser alinhadas, não fôra o inconveniente de alongar demasiadamente a nossa manifestação, que procurou ser objetiva e reservada, para ser construtiva! (Muito bem. Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Guído Mondin) — Tem a palavra o nobre Senador Edmundo Levi.

O SR. EDMUNDO LEVI:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, rate a pena, de vez em quando, tentarmos re-lêr os velhos Mestres da língua. Não só eles nos ensinam os caminhos pelos quais deve percorrer o pensamento, não só nos transmitem os tesouros da vernaculidade, como, ainda nos transmitem ensinamentos que, apesar de escritos há tantos anos sempre se revestem de atualidade.

Há poucos dias — e o comentei com V. Ex.^a, Sr. Presidente — reabri os Anais de Dom João III, de autoria do velho clássico Frei Luiz de Souza, e lá encontrei uma passagem que eu já assinalara, em tempos idos, que se reveste da mais completa atualidade. Diz o redator dos Anais — (Lendo):

“Antes de sairmos do reino e nos passarmos às conquistas que já chamam por nós, parece conveniente darmos conta de todas as mais matérias de governo em que achamos ocupado elrei neste ano. Como era o primeiro de seu reinado, procurou mostrar aos vassallos ânimo liberal e grandioso. E assim achamos que fez muitas mercês de juros e tenças e algumãs de tamanha contia que em os tempos presentes pareceram demasiadas. Apontaremos algumãs para que vejamos os ministros deste tempo que, encurtando tanto a mão como fazem c'os homens que servem e trabalham, mais danos fazem à fazenda real com tal escaceza do que acrescentam nela porque de gente mal pagada e desfavorecida engano é esperar grande cousas”.

Sr. Presidente, Srs. Senadores admirável Frei Luiz de Souza! Parece que estava, há trezentos e tantos anos, fazendo radiografia para o futuro!

Atualmente, ouvimos os mais fortes clamores, partidos de todas as classes assalariadas, pedindo mercês ao Governo da República, no sentido de receber melhor paga pelos serviços que executam. O funcionalismo civil da União debate-se, neste momento, no mais atroz desespero. Estive no Rio, há poucos dias. Conversei com alguns velhos colegas e amigos. Sentí todas as angústias, todas as dificuldades que, no momento, se abatam sobre seus ombros. São eles responsáveis por inúmeras pessoas que constituem suas famílias. Alguns deles, que dispõem de vencimentos mais compensadores, se cotizam, no fim do dia, para darem passagens aos mais humildes — serventes, continuos e até escriturários — para que possam regressar aos seus lares. A situação é desesperadora.

Entretanto, os técnicos do Governo, sem sensibilidade para o problema humano, recusam-se a considerar tão triste espetáculo, como que se aprazem no desdobramento da tragédia em que vive o lar do funcionário público brasileiro, no momento atual.

É uma questão de consciência: não se pode exigir de gente mal remunera-

da, leal prestação de serviços porque, é sabido que o estômago tem preponderância sobre as demais atividades do corpo humano.

O Sr. José Guimard — Preponderância não tem; e apenas mau conselheiro.

O SR. EDMUNDO LEVI — Se é mau conselheiro, e se os demais órgãos não aceitam o conselho e porque tem preponderância.

Já é tempo de o Governo atentar para a inquietação geral que domina todo o panorama social brasileiro resultante da falta de recursos para a manutenção orgânica do servidor e, consequentemente, de sua família.

Não se pode reclamar contra as imposições e as constantes manifestações que as entidades de classe do funcionalismo público vem fazendo, em prol dos associados. Possivelmente, os homens que dirigem a política financeira do Governo consideram tais manifestações como simples atitudes subversivas, merecedoras de um “IPM” e, consequentemente, da demissão sumária dos que padeçam um pouco mais de pão para a satisfação de suas necessidades orgânicas.

O Sr. Oscar Passos — Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com prazer.

O Sr. Oscar Passos — Há poucos dias, tive oportunidade de conversar com um amigo, alto funcionário da Caixa Econômica Federal de Brasília, sobre o assunto que V. Ex.^a debate, neste momento. Disse-me ele que mais de 80%, talvez 90%, das pessoas que acorrem à Caixa Econômica para empréstimos hipotecários penhora de jóias ou outros objetos de valor, são funcionários públicos que já não conseguem se sustentar com os vencimentos que ganham. Já a aflição é a situação que a qualidade dos objetos levados a penhor na Caixa Econômica, inferior, e cada vez mais, o que demonstra que os funcionários já não têm o que empenhar. Levam então jóias de menos valor e pedaços de ouro para empenhar e poder viver. A observação feita dá bem a idéia do sofrimento do funcionalismo na quadra atual. Todavia, o Governo Federal teima em não dar aumento de vencimentos no corrente exercício.

O SR. EDMUNDO LEVI — Passava eu, outro dia nobre Senador Oscar Passos, em determinada rua do Rio de Janeiro onde existe uma Caixa Econômica e lá encontrei verdadeira multidão, homens e mulheres, solicitando empréstimos ou penhorando esse resto de objetos a que Vossa Excelência se refere, numa exposição de suas aflições.

Sr. Presidente e Senhores Senadores, verdade é que tais aflições pesam sobre todos os assalariados, creio, porém, que elas mais se agravam no que toca ao funcionalismo público. Vemos a todo instante empregados particulares baterem às portas dos Tribunais de Trabalho para obter, através de decisões dessas Cortes, aumento salariais...

O Sr. Oscar Passos — Agora mesmo, oitenta mil metalúrgicos obtiveram aumento, através da greve.

O SR. EDMUNDO LEVI — ... porque se regem eles pela Consolidação das Leis do Trabalho que lhes dá maiores vantagens. O funcionalismo público, entretanto, não pode recorrer à greve para fazer valer os seus direitos. O funcionalismo, segundo a argumentação, não tem o direito de sindicalizar-se, a sua situação de assalariado não demanda de um contrato de trabalho, não é estatutária. Por isso não permitem, os intérpretes e os doutores da lei, que os funcionários façam greve, ou que se sin-

dicalizem. Daí por que o funcionalismo é um rebanho completamente inerte sob a sanha dos poderosos, daqueles que eventualmente detêm o poder de mando e não se compadecem das necessidades da grande multidão de “barrabés” que se espalha por todo o território nacional.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, neste fim de tarde, neste ambiente de tranqüilidade do Senado, não me quero alongar por mais tempo sobre essas considerações. Apenas queria juntar a minha voz à do funcionalismo num apelo aos Srs. donos da República, no sentido de que dêem a eles melhores condições de vida.

Atente o Sr. Presidente da República, atentem os Srs. Ministros e os seus Conselheiros para a frase do eminente e longínquo Frei Luiz de Souza: “Gente mal paga e desfavorecida, engano é esperar por grandes coisas”. (Muito bem.)

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Eugênio Barros.
Manoel Dias.
Heribaldo Vieira

O SR. PRESIDENTE:

(Guído Mondin) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Toda a matéria da pauta está com a discussão encerrada em fase de votação. Por falta de quorum fica transferida para a próxima sessão. (Pausa.)

Na hora do Expediente foi lido Requerimento de autoria do nobre Senador Vivaldo Lima, em que solicita licença para ausentar-se do País. Dou a palavra ao nobre Senador Oscar Passos para, em nome da Co-

missão de Relações Exteriores, alatar o Requerimento.

O SR. OSCAR PASSOS:

(Para emitir Parecer — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, o nobre Senador Vivaldo Lima requereu autorização do Senado para tomar parte na Reunião do Conselho dos Governadores da Liga da Sociedade da Cruz Vermelha como Presidente que é da Cruz Vermelha Brasileira e como Chefe da Delegação dessa mesma entidade e, por outro lado, também, tomar parte na XX Conferência Inter-nacional da Cruz Vermelha, na qualidade de Chefe da Delegação do Brasil, por convite do Ministério das Relações Exteriores.

A Comissão de Relações Exteriores examinando o presente pedido nada tem a opor a que o Senado dê essa autorização e incumbiu-me de dar aqui o meu parecer favorável ao Requerimento do Senador Vivaldo Lima. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Guído Mondin) — O Parecer da Comissão de Relações Exteriores é, portanto, favorável.

Em discussão o Requerimento.

(Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra para discussão, dou-a como encerrada.

A votação fica adiada por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE:

(Guído Mondin) — Não há oradores inscritos. (Pausa.)

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão de 20 de setembro de 1965

(SEGUNDA-FEIRA)

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 174, DE 1965

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 174, de 1965 (nº 3.054-B/65 na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dispõe sobre o Serviço Nacional do Recenseamento e dá outras providências, tendo pareceres favoráveis (números 1.088 e 1.089, de 1965) da Comissão de Projetos do Executivo e de Finanças, sobre o projeto e defendendo de pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto e as emendas e das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças sobre as emendas.

— 2 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 268, DE 1964

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 268, de 1964, (nº 508-B/59, na Casa de origem) que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 201.591.171,50 para o fim que especifica, tendo pareceres favoráveis, sob números 257 e 1.026, das Comissões: de Finanças e de Transportes, Comunicações e Obras Públicas — (audiência requerida pelo Sr. Senador Aloísio de Carvalho).

— 3 —

REQUERIMENTO Nº 657, DE 1965

Votação, em turno único, do Requerimento nº 657, de 1965, pelo qual o Sr. Senador Barros Carvalho solicita 30 dias de licença para tratamento de saúde, em prorrogação.

— 4 —

REQUERIMENTO Nº 658, DE 1965

Votação, em turno único, do Requerimento nº 658, de 1965, pelo qual o Sr. Senador Gilberto Marinho solicita autorização para participar como Delegado, da representação do Brasil na XX Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, tendo parecer favorável (proferido oralmente na sessão de 16 do corrente) da Comissão de Relações Exteriores.

— 5 —

REQUERIMENTO Nº 676, DE 1965

Votação, em turno único do Requerimento nº 676 em que o Sr. Senador Vivaldo Lima solicita autorização do Senado para participar da reunião do Conselho de Governadores da Liga das Sociedades da Cruz Vermelha e da 20ª Conferência Internacional da Cruz Vermelha, a realizarem-se próxima-mente em Viena.

(Levantar-se a sessão às 16 horas e 40 minutos).

Está encerrada a sessão.

COMISSÕES PERMANENTES**MESA**

Presidente	—	Moura Andrade (PSD)
Vice	—	Nogueira da Gama (PTB)
1º Secretário	—	Dinarte Mariz (UDN)
2º Secretário	—	Gilberto Marinho (PSD)
3º Secretário	—	Adalberto Sena (PTB)
4º Secretário	—	Cattete Pinheiro (PTN)
1º Suplente	—	Joaquim Parente (UDN)
2º Suplente	—	Guido Mondim (PSD)
3º Suplente	—	Vasconcellos Torres (PTB)
4º Suplente	—	Raul Giuberti (PSP)

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD) — 23 representantes**

1. José Guilomar — Acre	12. Antônio Balbino — Bahia
2. Lobão da Silveira — Pará	13. Jefferson de Aguiar — E. Santo
3. Eugênio Barros — Maranhão	14. Gilberto Marinho — Guanabara
4. Sebastião Archer — Alagoas	15. Moura Andrade — São Paulo
5. Victorino Freire — Maranhão	16. Antônio Carlos — S. Catarina
6. Sigefredo Pacheco — Piauí	17. Guido Mondim — R.G. Sul
7. Menezes Pimentel — Ceará	18. Benedito Valladares — Minas
8. Wilson Gonçalves — Ceará	19. Filinto Müller — Mato Grosso
9. Walfredo Gurgel — R.G. Norte	20. José Feliciano — Goiás
10. Ruy Carneiro — Paraíba	21. Juscelino Kubitschek — Goiás
11. José Leite — Sergipe	22. Pedro Ludovico — Goiás

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB) — 17 representantes

1. Adalberto Sena — Acre	9. Barros Carvalho — Pernambuco
2. Oscar Passos — Acre	10. Pessoa de Queiroz — Pernambuco
3. Vivaldo Lima — Amazonas	11. José Ernirio — Pernambuco
4. Arthur Virgílio — Amazonas	12. Silvestre Pérciles — Alagoas
5. Antônio Jucá — Ceará	13. Vasconcelos Torres — R. Janeiro
6. Dix Huit Rosado — R.G. Norte	14. Nelson Maculan — Paraná
7. Argemiro de Figueiredo, Paraíba	15. Mello Braga — Paraná
8. Eurico Rezende — E. Santo	16. Nogueira da Gama — M. Gerais
	17. Bezerra Neto — Mato Grosso

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN) — 16 representantes

1. Zacharias de Assumpção — Pará	9. Afonso Arino — Guanabara
2. Joaquim Parente — Piauí	10. Padre Calazans — São Paulo
3. José Cândido — Piauí	11. Adolpho Franco — Paraná
4. Dinarte Mariz — R.G. Norte	12. Irineu Bornhausen — S. Catarina
5. João Agripino — Paraíba	13. Antônio Carlos — S. Catarina
6. Rui Palmeira — Alagoas	14. Daniel Krieger — R.G. Sul
7. Heribaldo Vieira — Sergipe	15. Milton Campos — Minas Gerais
8. Eurico Rezende — E. Santo	16. Lopes da Costa — Mato Grosso

PARTIDO LIBERTADOR (PL) — 2 representantes

1. Aloysio de Carvalho — Bahia
2. Mem de Sá — Rio Grande do Sul

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN) — 2 representantes

1. Cattete Pinheiro — Pará
2. Lino de Mattos — São Paulo

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA (PSP) — 2 representantes

1. Raul Giuberti — Espírito Santo
2. Miguel Couto — Rio de Janeiro

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB) — 1 representante

1. Aurélio Viana — Guanabara

MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR) — 1 representante

1. Aarão Steinbruch — Rio de Janeiro

PARTIDO REPUBLICANO (PR) — 1 representante

1. Júlio Leite — Sergipe

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC) — 1 representante

1. Arnon de Mello — Alagoas

SEM LEGENDA

1. Josaphat Marinho — Bahia
2. Heribaldo Vieira — Sergipe

RESUMO

Partido Social Democrático (PSD)	23
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	17
União Democrática Nacional (UDN)	16
Partido Libertador (PL)	2
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	2
Partido Social Progressista (PSP)	2
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	1
Partido Republicano (PR)	1
Partido Democrata Cristão (PDC)	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	1
Total	65

Sem legenda

65

BLOCOS PARTIDARIOS**BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE**

PSP	2 Senadores
PTN	2 Senadores
PSB	1 Senador
PR	1 Senador
MTR	1 Senador
PDC	1 Senador
Sem legenda	2 Senadores

LIDERANÇAS

Líder do Governo	Vice-Líder
Daniel Krieger (UDN)	Mem de Sá

BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE

Líder	Josaphat Marinho (sem legenda)
Lino de Mattos (PTN)	Aarão Steinbruch (MTR)
Vice-Líderes	Miguel Couto (PSP)
Aurélio Viana (PSB)	Arnon de Mello (PDC)
Júlio Leite (PR)	Dilton Costa (PR)

II PARTIDOS**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (PSD)**

Líder
Filinto Müller
Vice-Líderes
Wilson Gonçalves
Sigefredo Pacheco
Walfredo Gurgel
Victorino Freire

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

Líder
Barros Carvalho
Vice-Líderes
Bezerra Neto
Oscar Passos
Antônio Jucá
Edmundo Levi

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL (UDN)

Líder
Daniel Krieger
Vice-Líderes
Eurico Rezende
Adolpho Franco
Padre Calazans
Heribaldo Vieira

PARTIDO LIBERTADOR (PL)

Líder
Mem de Sá
Vice-Líder
Aloysio de Carvalho

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder
Miguel Couto
Vice-Líder
Raul Giuberti

PARTIDO TRABALHISTA NACIONAL (PTN)

Líder
Lino de Mattos
Vice-Líder
Cattete Pinheiro

III — PARTIDOS DE UM SO REPRESENTANTE**MOVIMENTO TRABALHISTA RENOVADOR (MTR)****PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO (PDC)****PARTIDO REPUBLICANO (PR)****PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB)****Representante**

Edmundo Levi
Benezer Neto
Arthur Virgílio

1. Argemiro Figueiredo
2. Mello Braga
3. Oscar Passos

UDN

Afonso Arinos
Heribaldo Vieira
Aloysio de Carvalho

1. Daniel Krieger
2. Eurico Rezende
2. João Agripino

BPI

Josaphat Marinho

1. Aarão Steinbruch

Secretária: Maria Helena B. Brandão

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

DISTRITO FEDERAL

Presidente: Aurélio Vianna

Vice-Presidente: Pedro Ludovico

PSD

SUPLENTE

TITULARES
Pedro Ludovico
Walfrido Gurgel

1. José Feliciano
2. Benedicto Valladares

PTB

Arthur Virgílio
Mello Braga

1. Bezerra Neto
2. Antônio Jucá

UDN

Eurico Rezende
Heribaldo Vieira

1. Zacarias de Assunção
2. Lopes da Costa

BPI

Aurélio Vianna

1. Lino de Barros

Secretário: Alexandre Mello.

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

ECONOMIA

Presidente: Atílio Fontana

Vice-Presidente: José Ermírio

PSD

SUPLENTE

TITULARES
Atílio Fontana
José Feliciano
José Leite

1. Jefferson de Aguiar
2. Sigefredo Pacheco
3. Sebastião Archer

PTB

José Ermírio
Nelson Maculan

1. Bezerra Neto
2. Mello Braga

UDN

Adolpho Franco
Lopes da Costa
Irineu Bornhausen

1. Zacharias de Assunção
2. José Cândido
3. Mem de Sá

BPI

Miguel Couto

1. Aurélio Vianna

Secretária: Aracy O'Reilly de Souza

Reuniões: Quintas-feiras às 16,30 horas.

EDUCAÇÃO E CULTURA

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Padre Calazans

PSD

SUPLENTE

TITULARES
Menezes Pimentel
Walfrido Gurgel

1. Benedicto Valladares
2. Sigefredo Pacheco

PTB

Antônio Jucá
Arthur Virgílio

1. Edmundo Levi
2. Mello Braga

UDN

Padre Calazans
Mem de Sá

1. Afonso Arinos
2. Faria Tavares

BPI

Arnon de Mello

1. Josaphat Marinho

Secretária: Aracy O'Reilly de Souza

Reuniões: Quintas-feiras, às 15,30 hs.

FINANÇAS

Presidente: Argemiro de Figueiredo

Vice-Presidente: Irineu Bornhausen

TITULARES

Victorino Freire
Lobão da Silveira
Sigefredo Pacheco
Wilson Gonçalves
Walfrido Gurgel

PSD

SUPLENTE

1. Atílio Fontana
2. José Guimard
3. Eugênio Barros
4. Menezes Pimentel
5. Pedro Ludovico

PTB

Argemiro Figueiredo
Bezerra Neto
Pessoa de Queiroz
Antônio Jucá

1. José Ermírio
2. Edmundo Levi
3. Mello Braga
4. Oscar Passos

UDN

Faria Tavares
Irineu Bornhausen
Eurico Rezende

1. João Agripino
2. Adolpho Franco
3. Daniel Krieger

PL

Mem de Sá

1. Aloysio de Carvalho

BPI

Aurélio Vianna
Lino de Barros

1. Josaphat Marinho
2. Miguel Couto

Secretário: Hugo Rodrigues de Figueiredo
Reuniões: Quartas-feiras às 10 horas.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Nelson Maculan

PSD

SUPLENTE

TITULARES
José Feliciano
Atílio Fontana

1. Lobão da Silveira
2. Sebastião Archer

PTB

Nelson Maculan
Barros Carvalho

1. Vivaldo Lima
2. Oscar Passos

UDN

Adolpho Franco
Irineu Bornhausen

1. Lopes da Costa
2. Eurico Rezende

BPI

Dilton Costa

1. Aarão Steinbruch

Secretária: Maria Helena B. Brandão

Reuniões: Quintas-feira às 16,30 horas

LEGISLAÇÃO SOCIAL

Presidente: Vivaldo Lima

Vice-Presidente: Walfrido Gurgel

PSD

SUPLENTE

TITULARES
Ruy Carneiro
Walfrido Gurgel
Atílio Fontana
Eugênio Barros

1. José Guimard
2. Sigefredo Pacheco
3. José Leite
4. Lobão da Silveira

PTB

Vivaldo Lima
Edmundo Levi

1. Antônio Jucá
2. Pessoa de Queiroz

UDN

Eurico Rezende
Herivaldo Vianna

1. Lopes da Costa
2. Zacharias de Assunção

BPI

Aarão Steinbruch

1. Dilton Costa

Secretário: Cláudio I. Carneiro Leal

Secretário Cláudio I. Carneiro Leal

MINAS E ENERGIA

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: José Ermírio

PSD

SUPLENTE

TITULARES
Benedicto Valladares
Jefferson de Aguiar

1. Pedro Ludovico
2. Filinto Müller

PTB

José Ermírio
Argemiro Figueiredo

1. Nelson Maculan
2. Antônio Jucá

UDN
 João Agripino 1. José Cândido
 Faria Tavares 2. Afonso Arinos

BPI
 Josaphat Marinho 1. Arnou de Mello

Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal.
 Reuniões: Quartas-feiras às 14.30 hs.

POLIGONO DAS SECAS

Presidente: Ruy Carneiro
 Vice-Presidente: Aurélio Vianna

PSD
TITULARES
 Ruy Carneiro 1. Sigefredo Pacheco
 Sebastião Archer 2. José Leite

PTB
 Argemiro Figueiredo 1. José Ermírio
 Dix-Huit Rosado 2. Antônio Jucá

UDN
 João Agripino 1. Lopes da Costa
 Heribaldo Vieira 2. Antonio Carlos

BPI
 Aurélio Vianna 1. Dilton Costa

Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal
 Reuniões: Quintas-feiras às 15 horas

PROJETOS DO EXECUTIVO

Presidente: João Agripino
 Vice-Presidente: Jefferson de Aguiar

PSD
TITULARES
 Wilson Gonçalves 1. Walfredo Gurgel
 José Guilomard 2. José Feliciano
 Jefferson de Aguiar 3. Ruy Carneiro

PTB
 José Ermírio 1. Mello Braga
 Bezeira Neto 2. Edmundo Levi

UDN
 João Agripino 1. Daniel Kneger
 Antônio Carlos 2. Adolfo Franco

BPI
 Lino de Matos 1. Aurélio Vianna

PL
 Mem de Sá 1. Aloysio de Carvalho

Secretário: José Soares
 Reuniões: Terças-feiras às 15 horas

REDAÇÃO

Presidente: Dix-Huit Rosado
 Vice-Presidente: Antônio Carlos

PSD
TITULARES
 Walfredo Gurgel 1. Lobão da Silveira
 Sebastião Archer 2. José Feliciano

PTB
 Dix-Huit Rosado 1. Edmundo Levi

UDN
 Antônio Carlos 1. Eurico Rezende

BPI
 Josaphat Marinho 1. Dilton Costa

Secretária: Sarah Abrahão
 Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

RELAÇÕES EXTERIORES

Presidente: Benedito Valladares
 Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

PSD
TITULARES
 Benedito Valladares 1. Ruy Carneiro
 Flinto Müller 2. Victorino Freire
 Menezes Pimentel 3. Wilson Gonçalves
 José Guilomard 4. José Leite

PTB
 Pessoa de Queiroz 1. Nelson Maculan
 Vivaldo Lima 2. Antônio Jucá
 Oscar Passos 3. Mello Braga

UDN
 Antônio Carlos 1. Padre Calazans
 José Cândido 2. João Agripino
 Rui Palmeira 3. Mem de Sá

BPI
 Aarão Steinbruch 1. Arnou de Mello

Secretário: J. B. Cristejon Branco
 Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas

SAÚDE

Presidente: Sigefredo Pacheco
 Vice-Presidente: José Cândido

PSD
TITULARES
 Sigefredo Pacheco 1. Walfredo Gurgel
 Pedro Ludovico 2. Eugênio Barros

PTB
 Dix-Huit Rosado 1. Antônio Jucá

UDN
 José Cândido 1. Lopes da Costa

BPI
 Miguel Couto 1. Lino de Matos

Secretário: Alexandre Mello
 Reuniões: Terças-feira, às 16 horas

SEGURANÇA NACIONAL

Presidente: Zacarias de Assunção
 Vice-Presidente: José Guilomard

PSD
TITULARES
 José Guilomard 1. Ruy Carneiro
 Victorino Freire 2. Atílio Fontana

PTB
 Oscar Passos 1. Dix-Huit Rosado
 Silvestre Péricles 2. José Ermírio

UDN
 Zacarias de Assunção 1. Adolpho Franco
 Irineu Bornhausen 2. Eurico Rezende

BPI
 Aarão Steinbruch 1. Josaphat Marinho

Secretário: Gerardo Lima de Aguiar
 Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

Presidente: Padre Calazans
 Vice-Presidente: Aarão Steinbruch

PSD
TITULARES
 Sigefredo Pacheco 1. José Feliciano
 Victorino Freire 2. Aarão Steinbruch

PTB
 Mello Braga 1. Antônio Jucá
 Silvestre Péricles 2. Dix-Huit Rosado

UDN
 Padre Calazans 1. Antônio Carlos
 Aloysio de Carvalho 2. Mem de Sá

BPI
 Aurélio Vianna 2. Miguel Couto

Secretário: J. Ney Passos Dantas
 Reuniões: Terças-feiras às 15 horas

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Presidente: Lopes da Costa
 Vice-Presidente: Mello Braga

PSD
TITULARES
 Eugênio Barros 1. Jefferson de Aguiar
 José Leite 2. José Guilomard

PTB
1. Bezerra Neto

UDN
1. Irineu Bornhausen

BPI
2. Josaphat Marinho

Secretário: Gerardo Lima de Aguiar
Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

COMISSÕES ESPECIAIS

Para Revisão do Projeto que define e regula a **PROTEÇÃO AO DIREITO DO AUTOR.**

Membros (7) — Partidos

Gilberto Marinho — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Heribaldo Vieira — UDN.
Milton Campos — UDN.
Vasconcelos Torres — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.

Para o estudo dos efeitos da **INFLAÇÃO E DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E CAMBIAL SOBRE AS EMPRESAS PRIVADAS.**

Membros (5) — Partidos

Atílio Fontana — Presidente — PSD.
José Feliciano — (Vice-Pr.) — PSD.
José Ermirio — Relator — PTB.
Adolpho Franco — UDN.
Aurélio Vianna — PSD.

Para estudo das causas que dificultam a **PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA** e suas repercussões negativas na exportação.

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Sigefredo Pacheco (Vice-Pr.) — PSD.
José Ermirio (Presidente) — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Aurélio Vianna (Relator) — PSD.

Para efetuar o levantamento da **PRODUÇÃO MINERAL DO PAÍS** e estudar os meios capazes de possibilitar a sua industrialização.

Membros (9) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Atílio Fontana — PSD.
Eugênio Barros — PSD.
José Ermirio (Relator) — PTB.
Bezerra Neto — PTB.
Melo Braga — PTB.
Lopes da Costa — UDN.
Milton Campos (Presidente) — UDN.
Júlio Leite (Vice-Pr.) — PR.

Para estudar a situação dos **Transportes Marítimos e Ferroviários.**

Membros (5) — Partidos

Atílio Fontana — (Relator) — (Transportes Ferroviários) — PSD.
Sigefredo Pacheco — PSD.
José Ermirio — PTB.
Irineu Bornhausen — (Relator) — (Transportes Marítimos) — UDN.
Júlio Leite — (Presidente) — PR.

Para o estudo da situação do **Centro Técnico de Aeronáutica e da Escola de Engenharia de Aeronáutica, de S. José dos Campos.**

Membros (5) — Partidos

José Feliciano — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Antonio Jucá — PTB.
Padre Calazans — UDN.
Josaphat Marinho — S/legenda.

Para proceder ao estudo das proposições que digam respeito à participação dos trabalhadores nos lucros das empresas.

MEMBROS

Bezerra Neto — Presidente.
Afonso Arinos — Vice-Presidente.
Jefferson de Aguiar — Relator.
Neite Neto
Nelson Maculan
Eurico Rezende
Aurélio Vianna

Para o estudo e coordenação das medidas tendentes ao controle dos preços de exportação.

Membros — Partidos

Atílio Fontana — PSD.
Sigefredo Pacheco (Presidente) — PSD.
Eugênio Barros — PSD.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
José Ermirio (Relator) — PTB.
Heribaldo Vieira (Vice-Presidente) — UDN.
Raul Giuberti — PSP.

Para examinar a crise **Agro-Indústria Açucareira do Nordeste.**

Membros — Partidos

José Leite — PSD.
Vaga — PSD.
Vasconcelos Torres — PTB.
Heribaldo Vieira — UDN.
Aurélio Vianna — PSB.

COMISSÕES ESPECIAIS PARA O ESTUDO DE PROJETO DE EMENDAS A CONSTITUIÇÃO

Projeto de Emenda à Constituição nº 4/61

QUE DISPÕE SOBRE VENCIMENTOS DOS MAGISTRADOS

Membros (6) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Benedito Valladares — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD.

Daniel Krieger — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
Silvestre Pércies — PTB.
Bezerra Neto — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — (Presidência) — PL.
Mem de Sá — PL.
Josaphat Marinho — S/legenda.

Projeto de Emenda à Constituição nº 7/61

QUE DISPÕE SOBRE AS MATERIAS DO SENADO, INCLUINDO AS DE PROPOR A EXONERAÇÃO DOS CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA PERMANENTE

APROVAR O ESTABELECIMENTO, O ROMPIMENTO E O REATAMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM PAÍSES ESTRANGEIROS).

Membros (16) — Partidos

Menezes Pimentel — PSD.
Wilson Gonçalves — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Guido Mondin — PSD.
Eurico Rezende — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Milton Campos — (Vice-Presidente) — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
Silvestre Pércies — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
... Vago — PTB.
... Vago — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.

Projeto de Emenda à Constituição nº 8/61

SOBRE EXONERAÇÃO POR PROPOSTA DO SENADO DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA DE CARÁTER PERMANENTE.

Membros (16) — Partidos

Menezes Pimentel — PSD.
Ruy Carneiro — Presidente — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Jefferson de Aguiar — PSD.
Guido Mondin — PSD.
Daniel Krieger — UDN.
Eurico Rezende — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira (Presidente) — UDN.
Vaga do Senador Pinto Ferreira — PTB.
Bezerra Neto — PTB.
... Vago — PTB.
Vivaldo Lima — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

Projeto de Emenda à Constituição nº 9/61

QUE MODIFICA O REGIME DE DISCRIMINAÇÃO DAS RENDAS.

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Pinto Muller — PSD.
Guido Mondin — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Daniel Krieger (Relator) — UDN.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Rui Palmeira — UDN.
... Vago (PTB)
Barros Carvalho — PTB.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Bezerra Neto — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

Projeto de Emenda à Constituição nº 10/61

APLICAÇÃO DAS COTAS DE IMPOSTOS DESTINADAS AOS MUNICÍPIOS

Membros (16) — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondin — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino — UDN.
Eurico Rezende — UDN.
Silvestre Pércies — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Josaphat Marinho — Sem legenda.
Aloysio de Carvalho — PL.
Lino de Matos — PTN.

Projeto de Emenda à Constituição nº 11/61

(CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
Guido Mondin — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Lopes da Costa — UDN.
João Agripino — UDN.
Eurico Rezende — UDN.
Silvestre Pércies — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Miguel Couto — PSP.
Catiete Pinheiro — PTN.

Projeto de Emenda à Constituição nº 1/62

(OBRIGATORIEDADE DE CONCURSO PARA INVESTIDURA EM CARGO INICIAL DE CARREIRA E PROIBIÇÃO DE NOMEAÇÕES INTERINAS).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
... Vaga — PSD.
Menezes Pimentel — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — UDN.
Eurico Rezende — UDN.
João Agripino — Vice-Presidente — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Silvestre Pércies — PTB.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PL.
Aurélio Vianna — Relator — PSB.

Projeto de Emenda à Constituição nº 2/62

(INSTITUI NOVA DISCRIMINAÇÃO DE RENDAS EM FAVOR DOS MUNICÍPIOS).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Lobão da Silveira — PSD.
... Vaga — PSD.
Milton Campos — UDN.
Heribaldo Vieira — Vice-Presidente — UDN.
Menezes Pimentel — PSD.
Eurico Rezende — Relator — UDN.
Silvestre Pércies — Presidente — PTB.
João Agripino — UDN.
Nogueira da Gama — PTB.
Barros Carvalho — PTB.
Aloysio de Carvalho — PTB.
Lino de Matos — PTN.

Projeto de Emenda à Constituição nº 5/62

(DISPÕE SOBRE A ENTREGA AOS MUNICÍPIOS DE 30% DA ARRECADADAÇÃO DOS ESTADOS QUANDO EXCEDER AS RENDAS MUNICIPAIS).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
... vaga — PTB
Menezes Pimentel — Presidente
Milton Campos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Josaphat Marinho — Vice-Presidente — UDN
Daniel Krieger — UDN
... vaga — PTB
Eurico Rezende — UDN
Melo da Silva — PTB
Barros Carvalho — PTB
Mem de Sá — PL
Miguel Couto — PSP

Projeto de Emenda à Constituição nº 6/62

(AUMENTA PARA QUATRO O NÚMERO DE REPRESENTANTES DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL NO SENADO).

Membros — Partidos

Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — Relator — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Benedicto Valladares — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Milton Campos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Josaphat Marinho — UDN
Daniel Krieger — UDN
Eurico Rezende — Vice-Presidente — UDN
... vaga — PTB
Nogueira da Gama — PTB
Barros Carvalho — PTB
Mem de Sá — PL
Júlio Leite — PR

Projeto de Emenda à Constituição nº 1/63

(TRABALHO DE MULHERES E MENORES E TRABALHO EM INDÚSTRIAS INSALUBRES).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — Relator — PSD
Menezes Pimentel — PSD
... vaga — PSD
... vaga — PTB
Bezerra Neto — Vice-Presidente — PTB
... vaga — PTB
Silvestre Péricles — PTB
Argemiro de Figueiredo — PTB
Eurico Rezende (23.4.64) — UDN
Milton Campos — UDN
Daniel Krieger — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Aloysio de Carvalho — PL

Projeto de Emenda à Constituição nº 2/63

(DIREITO DE PROPRIEDADE)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — Presidente — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Benedicto Valladares — PSD
Heribaldo Vieira — Vice-Presidente — PSD
... vaga — PTB
Bezerra Neto — PTB
... vaga — PTB
Silvestre Péricles — PTB
Artur Virgílio — PTN
Eurico Rezende (23.4.63) — UDN
Milton Campos — Relator — UDN
João Agripino — UDN
Josaphat Marinho — Sem Legenda
Aloysio de Carvalho — PL

Projeto de Emenda à Constituição nº 3/63

(DISPÕE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL E MATÉRIA DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO SENADO).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
... vaga — PSD
... vaga — PTB
Bezerra Neto — PTB
... vaga — PTB
... vaga — PTB
Eurico Rezende — Presidente — UDN
Milton Campos — UDN
Daniel Krieger — UDN
Aloysio de Carvalho — PL
Josaphat Marinho — Relator — Sem Legenda

Projeto de Emenda à Constituição nº 4/63

(CONCEDE IMUNIDADES AOS VEREADORES)

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
... vaga — PSD
... vaga — PTB
Bezerra Neto — PTB
... vaga — PTB
Silvestre Péricles — PTB
Adalberto Sena — PTB
Eurico Rezende — UDN
Milton Campos — UDN
Aloysio de Carvalho — PL
Josaphat Marinho — Sem Legenda
João Agripino — UDN

Projeto de Emenda à Constituição nº 5/63

(DISPÕE SOBRE O IMPOSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Vaga — PSD

Vaga — PTB.

Vaga — PTB.

Argemiro de Figueiredo — PTB.
Eurico Rezende — UDN.
Milton Campos — UDN.
Daniel Krieger — UDN.
Aloysio de Carvalho — PL.
Josaphat Marinho — Sem Legenda.

Projeto de Emenda à Constituição nº 6/63

(INELEGIBILIDADE).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD.
José Feliciano — PSD — Relator.
Walfrido Gurgel — PSD.
Bezerra Neto — PTB.
Argemiro de Figueiredo — PTB.
Silvestre Péricles — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Eurico Rezende — UDN.
Milton Campos — UDN.
Aloysio de Carvalho — UDN.
Afonso Arinos — UDN.
Josaphat Marinho — Sem Legenda.
Raul Glubert — PSP.
Júlio Leite — PR — Presidente.

Projeto de Emenda à Constituição nº 7/63

(TRANSFERÊNCIA PARA A RESERVA DO MILITAR DA ATIVA QUE SE CANDIDATAR A CARGO ELETTIVO).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD — Presidente.
José Feliciano — PSD — Vice-Presidente.
Walfrido Gurgel — PSD.
Argemiro de Figueiredo — PTB — Relator.
Bezerra Neto — PTB.
Silvestre Péricles — PTB.
Edmundo Levi — PTB.
Eurico Rezende — UDN.
Milton Campos — UDN.
Aloysio de Carvalho — PL.
Afonso Arinos — UDN.
Josaphat Marinho — Sem Legenda.
Júlio Leite — PR.

Projeto de Emenda à Constituição nº 2-64

(Da nova redação à alínea a. do art. 101 e ao item IX do art. 124 da Constituição Federal, a fim de estabelecer que sejam processados e julgados nos crimes comuns:

Os Membros do Congresso Nacional, pelo Supremo Tribunal Federal;

Os Membros das Assembleias Legislativas, pelos Tribunais de Justiça).

Jefferson de Aguiar — PSD.
Antônio Balbino — PSD.
Wilson Gonçalves — PSD.
Ruy Carneiro — PSD.
Menezes Pimentel — PSD — Presidente.
Edmundo Levi — PTB.
Bezerra Neto — PTB — Relator.
Arthur Virgílio — PTB.
Oscar Passos — PTB.
Afonso Arinos — UDN.
João Agripino — UDN — Vice-Presidente.
Eurico Rezende — UDN.
Aloysio de Carvalho — PL.
Josaphat Marinho — BPI.
Aurélio Vianna — BPI.
Aarão Steinbruch — BPI.

Projeto de Emenda à Constituição nº 1/65

(Da nova redação ao parágrafo primeiro do art. 153 da Constituição Federal, para assegurar aos brasileiros ou a sociedades organizadas no País, sob a direção de brasileiros, exclusividade para a exploração das minas e jazidas).

Membros — Partidos

José Guimard — PSD
Lobão da Silveira — PSD
Victorino Freire — PSD
Sebastião Archer — PSD
José Leite — Presidente — PSD
Jefferson de Aguiar — PSD
Vasconcellos Torres — PTB
Mello Braga — Vice-Presidente — PTB
José Ermirio — PTB
Antônio Jucá — PTB
Antônio Carlos — UDN
Vaga — UDN
Eurico Rezende — UDN
Joaquim Parente — UDN
Aurélio Vianna — PSB
Josaphat Marinho — S/legenda

Projeto de Emenda à Constituição nº 2/65

(Da nova redação ao art. 139, I, letra "a" da Constituição, para permitir a reeleição do Presidente da República, por um período).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Antônio Balbino — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Ruy Carneiro — PSD
Menezes Pimentel — PSD
Eugênio Barros — PSD
Edmundo Levi — PTB
Bezerra Neto — PTB
Arthur Virgílio — PTB
Mello Braga — PTB
Afonso Arinos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Aloysio de Carvalho — UDN
Irinéu Bornhausen — UDN
Aarão Steinbruch — BPI
Aurélio Vianna — BPI

Projeto de Emenda à Constituição nº 3, de 1965.

(Da nova redação ao art. 90 da Constituição Federal, tornando necessária a aprovação do Senado para a nomeação de Ministros de Estado).

Membros — Partidos

Jefferson de Aguiar — PSD
Antônio Balbino — PSD
Wilson Gonçalves — PSD
Ruy Carneiro — PSD
José Feliciano — PSD
José Leite — PSD
Edmundo Levi — PTB
Bezerra Neto — PTB
Arthur Virgílio — PTB
Mello Braga — PTB
Afonso Arinos — UDN
Heribaldo Vieira — UDN
Aloysio de Carvalho — UDN
Adolpho Franco — UDN
Josaphat Marinho — BPI
Júlio Leite — BPI